

Lula: juro do BC não controla a inflação, provoca desemprego

Roberto Parizotti

Anunciou aumento real para o salário mínimo e isenção do IR até 2.640

O presidente Lula participou, na segunda-feira (1º), do ato do Dia do Trabalhador das Centrais Sindicais, em São Paulo. Em seu discurso, ele afirmou que “não pode viver em um país em que a escola não é levada a sério, onde o emprego não é le-

vado a sério pelos governantes, onde a taxa de juros não controla a inflação, ela controla, na verdade, o desemprego, por ser responsável por uma parte da situação que vivemos hoje”. Na véspera, Lula anunciou o salário mínimo de R\$ 1320, e a isenção do IR para quem ganha até R\$ 2.640. **Página 3**



HORA DO POVO
ANO XXXIII - Nº 3.903 3 a 9 de Maio de 2023



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

R\$ 694 bilhões saíram dos cofres públicos para os juros dos bancos

Diante de uma taxa de juros da economia (Selic) em 13,75% ao ano, a transferência de recursos do setor público para pagamento de juros dívida pública atingiu o patamar de R\$ 693,6 bilhões (6,85% do PIB) no acumulado em doze meses até março deste ano, segundo Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC), divulgados na sexta-feira (28). **Pág. 2**

Yuan ultrapassa dólar pela primeira vez no comércio exterior da China

Pela primeira vez, o yuan superou o dólar norte-americano como a moeda mais usada para transações internacionais chinesas. O uso do yuan aumentou para 48,4% no final de março. **Página 7**

“Taxas de juros são inóspitas à produção”, afirma a Fiesp

Pablo Valadares - Câmara



O deputado denuncia cruzada de mentiras de bolsonaristas e big techs contra PL das fake news, que é relator

Orlando: “liberdade de expressão não é passaporte para crimes”

As forças mais retrógradas do país, que instigaram, financiaram e participaram da tentativa de golpe do 8

de janeiro, iniciaram uma orquestração feroz contra o PL 2630/20, relatado pelo deputado Orlando Silva, do

PCdoB-SP. O projeto regula a internet e impede a disseminação de ódio, de crimes e de fake news. Eles dizem que

têm o “direito democrático” de disseminar o ódio e conspirar contra a democracia, denuncia Orlando. **Página 3**

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, bateu duro no BC por conta dos juros altos e alertou que “o crescimento está estagnado e não virá se apenas estabilizarmos as contas públicas”. As afirmações foram feitas na quinta-feira (27), no debate promovido pelo Senado sobre juros, inflação e crescimento econômico, com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. “A Selic apresenta taxa real de 8%. Sinto dizer que não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital”, denunciou. **Pág. 2**

Torres deu à PF senhas falsas e STF dá ultimato à molecagem

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, deu 48 horas para a defesa do ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, se explicar e entregar as senhas corretas da nuvem do celular do ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL). Torres havia entregado senhas falsas à PF a fim de atrapalhar as investigações. **Página 3**

Pág. 7

Campos Neto mentiu e induziu o Senado a erro

AURÉLIO VALPORTO*

Durante sua exposição ao Senado, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que “é a dívida (do governo) alta que faz o juro ser alto” e ainda faz uma comparação com uma pessoa endividada que vai ao banco pedir empréstimo que acaba por pagar taxa mais alta. Essa afirmação é descabida e coloca em xeque a aptidão moral do dirigente para ocupar o cargo, uma vez que estava induzindo os senadores a erro.

Se a afirmação de Campos Neto fosse verdadeira, não haveria nem porque estar no Senado Federal explicando porque os juros estão altos e quando deverá começar a baixá-los. Simplesmente não haveria opção, ou o Banco Central manteria esses juros altos ou não financiaria a dívida pública, porque não encontraria quem emprestasse dinheiro para o governo. Mas foi a forma que encontrou de, naquele momento, eximir-se da culpa pela taxa e transferi-la para o “mercado”.

A primeira pista para os senadores de que essa afirmação não corresponde à realidade reside no simples fato que, durante sua própria gestão, o Banco Central manteve, por um período, taxas de juros não somente muito baixas, mas, na verdade, negativas em termos reais. Isto é, as taxas sequer superavam a inflação. Entretanto, mesmo assim, em nenhum momento a autoridade monetária teve dificuldade em financiar a dívida pública.

Mas, pior, foi sua desastrosa comparação com uma pessoa comum e endividada. Isso pode ser entendido como uma tentativa de ludibriar o Senado, contando com o desconhecimento dos senadores acerca do funcionamento do mercado aberto, onde os títulos do governo são negociados. Campos Neto estava ali justamente para explicar a esses senadores como funciona o mecanismo de financiamento da dívida pública e os motivos dos juros no atual patamar, mas ao invés de explicar, acabou por desinformá-los.

A capacidade de financiamento do Tesouro através da gestão de seus títulos pelo Banco Central em nada se compara com a de uma pessoa comum por dois motivos principais:

1) o BACEN é o “player” dominante do mercado de títulos de renda fixa e tem a capacidade de, a qualquer momento, resgatar ou colocar no mercado mais títulos do Tesouro, que são a referência no mercado por serem os títulos de menor risco em relação ao emissor do mercado nacional. Então, por si sós, são o padrão, a referência a ser seguida por todos os títulos privados, que negociam em volumes muito menores que os públicos.

A norma é que o títulos privados tenham que pagar sempre taxas mais altas que os do Tesouro para conseguir captar. Isso significa que o investidor em renda fixa, que em geral procura investimentos de baixo risco, preferem os títulos do Tesouro aos privados, independente do nível de endividamento do governo. De fato a dívida interna bruta brasileira gira hoje em torno de 75% do PIB anual, o país que tem a economia que mais cresce no planeta tem dívida interna de mais de 300% do PIB e tem uma das taxas de juros mais baixas do mundo;

2) o principal é que, além de ser o “player” dominante, a autoridade monetária tem também o poder de regulamentação do mercado. Isso implica em dizer que a qualquer momento ela pode emitir normas alterando os limites e proporções que as instituições do sistema financeiro podem ter de títulos públicos e privados em suas carteiras. Em outras palavras, na prática o governo e sua autarquia, o Banco Central, podem tornar virtualmente compulsória a compra de títulos públicos para a composição da carteira de bancos, corretoras distribuidoras etc.

Isso ocorre porque, para uma dada quantidade de títulos detidos por uma instituição, uma proporção tem que ser de títulos públicos, e quem define essa proporção, que pode ser alterada a qualquer momento, é o próprio Banco Central através de suas resoluções e circulares. Como a antiga Resolução 366, substituída pela 3339.

De fato, a taxa básica de juros, a chamada SELIC, é definida pelo Banco Central em um mercado completamente manipulado por ele. E assim deve ser, trata-se da capacidade do governo, através de sua autarquia, definir a política monetária.

Pelo exposto acima, como não podemos admitir que Campos Neto, como presidente do Banco Central, ignore os instrumentos de que dispõe para gerir a dívida pública, não nos resta outra interpretação de sua fala que não seja a de que teve o intuito de induzir a erro os senadores, quando tinha o dever funcional de instruí-los acerca do correto funcionamento do mercado de títulos e juros, fato que pode demonstrar sua inaptidão moral para ocupar o cargo.

*AURÉLIO VALPORTO é presidente da Associação Brasileira de Investidores (Abradin)

Fiesp: taxas de juros do BC “são inóspitas à produção”



Josué Gomes no debate sobre juros, inflação e crescimento no Senado

“Onde é que está a demanda?”, questiona o presidente da CNI a Roberto Campos Neto

“Com Selic a 13,75%, juro real de 8,1%, a indústria está tomando crédito a 30%. Não tem nenhuma atividade empresarial, industrial, que tenha capacidade de enfrentar uma situação dessa”, afirma Robson Braga

“Se nós não temos uma inflação de oferta, onde é que está a demanda?”, questionou o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, ao presidente do Banco Central, Roberto Campos, no debate sobre juros, inflação e crescimento, realizado no Senado Federal, na quinta-feira (27), que contou com as participações dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet.

“Porque as nossas empresas, presidente Roberto Campos”, seguiu Braga de Andrade, “estão sofrendo muito com uma demanda fraca. Nós estamos vendo aí setores que têm passado por diversas dificuldades. No setor automobilístico, recentemente, férias coletivas, desemprego, diversos setores que têm realmente enfrentado dificuldades porque não têm a demanda necessária”, afirmou o presidente da CNI, que continuou expondo a realidade da indústria brasileira. “Nós estamos produzindo pouco. Quando a gente olha a capacidade ocupada das nossas fábricas, está abaixo de 60%. Nós temos uma capacidade produtiva ainda muito



“Nossas empresas estão sofrendo muito com uma demanda fraca”, afirmou Robson Braga ao presidente do BC no Senado

grande, muito forte”. Robson Braga disse que toda vez que tem uma reunião do Copom, já fica se preparando para uma nota de desagravo, de que o aumento foi excessivo ou a redução foi muito baixa.

“Porque, na realidade, hoje, quando nós vemos aí a taxa Selic de 13,75%, juro real de 8,1%, a indústria está tomando crédito a 30% no mercado. No ano passado, em março do ano passado, tomava-se crédito a 20%, agora está a 30% no mercado. Não tem nenhuma atividade empresarial, industrial, que tenha capacidade de enfrentar uma situação dessa”, enfatizou.

“O banco que faz um empréstimo nessas condições, se está pensando na rentabilidade das empresas, ele está indo na direção errada”, criticou.

“O grande sistema financeiro brasileiro está concentrado em 10 bancos. Nós, além de termos uma baixa concorrência do sistema bancário bra-

sileiro, temos um spread elevadíssimo, temos juros elevadíssimos e as empresas não aguentam pagar os juros que nós temos”.

Em sua intervenção, Robson Andrade destacou que, só com o crescimento econômico o Brasil será capaz de corrigir as injustiças históricas com o povo brasileiro, gerando emprego, dignidade, educação e saúde. “Nós temos condições de fazer um país que tenha condições de se desenvolver e de crescer”, disse. “E, para que nós possamos ter crescimento e desenvolvimento, claro que a inflação não pode ser uma inflação elevada, todos nós concordamos com esse ponto”, disse o presidente da CNI.

“Agora, nós também precisamos dosar esses juros, Roberto Campos, para que sejam juros que atendam, claro, às questões de meta de inflação, mas que também não prejudique o crescimento e o desenvolvimento econômico”, sentenciou.

R\$ 694 bi saíram dos cofres públicos para o pagamento de juros a bancos

Diante de uma taxa de juros da economia (Selic) em 13,75% ao ano, a transferência de recursos do setor público para pagamento de juros dívida pública atingiu o patamar de R\$ 693,6 bilhões (6,85% do PIB) no acumulado em doze meses até março deste ano, segundo Estatísticas Fiscais do Banco Central (BC), divulgados na sexta-feira (28/4). São R\$ 289,8 bilhões a mais do que foi desviados do governo federal, governos estaduais e empresas estatais em juros nos doze meses até março de 2022, no montante de R\$ 403,8 bilhões (4,46% do PIB).

Em março, foram transferidos em pagamento de juros a bancos e demais rentistas R\$ 65,3 bilhões, mais que o dobro dos que foram drenados em março de 2022 (R\$ 30,8 bilhões).

“O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$ 79,5 bilhões em março. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 618,9

bilhões (6,11% do PIB), elevando-se 0,49 p.p. do PIB em relação ao déficit acumulado até fevereiro”, diz a nota do BC.

No terça-feira (25), em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com a presença do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, o senador Cid Gomes (PDT-CE) denunciou que a cisma do BC em manter os juros no Brasil nas alturas agrava a dívida pública em benefício do rentismo. “Sabe onde é que vai incidir esses 13,75%?”, questionou o parlamentar a Campos Neto. “Na nossa dívida”, respondeu Cid Gomes, que seguiu. “Na dívida do governo federal, que em março é de R\$ 7,3 trilhões”.

“Em 2022”, seguiu Cid Gomes, “a União, pagando ou crescendo a nossa dívida, que vai fazer efeito numa bola de neve no ano seguinte, despendeu R\$ 802 bilhões”. “A conta que eu faço, senhoras e senhores senadores, é a seguinte: se o Brasil praticasse a taxa de juro da

Josué Gomes, presidente da Fiesp, afirma que “com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento em nosso país”. “A Selic apresenta taxa real de 8%. Sinto dizer que não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital”

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva, bateu duro no BC e alertou que “o crescimento está estagnado e não virá se apenas estabilizarmos as contas públicas” e fez duras críticas aos juros altos impostos pelo Banco Central, com a atual taxa Selic em 13,75% ao ano.

“Inflação estável e juro decente são condições necessárias para um projeto de crescimento nacional”, afirmou Josué, condenando as taxas “inóspitas à produção”.

“Com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento em nosso país”, ressaltou.

O empresário participou nesta quinta-feira (27) do debate promovido no plenário do Senado sobre juros, inflação e crescimento econômico, com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto.

Além dos senadores e membros do governo, o evento reuniu representantes de entidades da indústria, do comércio, de defesa do consumidor e de instituições financeiras, como a CNI, CNT, CNC, Febraban.

Leia a seguir o discurso do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, na íntegra.

“É com satisfação que cumprimento o Presidente desta Casa, o meu conterrâneo, Senador Rodrigo Pacheco, na pessoa do qual estendo as saudações a todos os nobres Senadores e Senadoras. Saúdo também meus ilustres companheiros de painel, os senhores e as senhoras aqui presentes. Eu o cumprimento, Presidente, em especial pela oportunidade deste evento para falarmos sobre juros, inflação e crescimento.

Começo salientando, Presidente, que os tópicos deste debate reúnem três questões interdependentes, mas uma das quais sobre a qual quero me deter um pouco mais tem sido tratada quase que como subalterna das outras duas, e assim vem sendo há quase quatro décadas. Refiro-me ao crescimento econômico, que impacta diretamente o denominador de um dos indicadores olhados com lupa pelos analistas financeiros, a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto.

Muitos se apegam ao conceito da dívida bruta, hoje da ordem de 73% do PIB, contra 57% no conceito da dívida líquida, excluindo as reservas internacionais. Precisamos, sim, nos atentar a essa relação, mas estamos há tempo demais com o crescimento estagnado. Nos últimos dez anos, o país cresceu apenas 0,6%, enquanto a média dos emergentes foi de 4%. Ao crescermos pouco, ao mesmo tempo em que praticamos taxas de juros reais muito acima do crescimento nominal de nossa economia, precisamos gerar superávits robustos para estabilizar a relação dívida/PIB.

O crescimento está estagnado e não virá se apenas estabilizarmos as contas públicas. Para o investimento fluir, as atividades correntes de nossas empresas têm de operar em condições minimamente estáveis, com crédito disponível a taxas que permitam o retorno do negócio, e isso tem sido cada vez mais raro e por prazos exíguos.

A política monetária

voltou a estar em terreno contracionista desde março de 2021, quando a Selic saiu do piso de 2% ao ano, impactando de forma marcante a normalidade econômica e, principalmente, os setores mais sensíveis ao crédito. Hoje, descontada a inflação projetada pelo último Focus para 12 meses à frente, a Selic apresenta taxa real de 8%. Sinto dizer que não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital.

Infelizmente, nas últimas três décadas, a exceção no Brasil é a taxa de juros ser fixada pelo Banco Central abaixo ou em par com a taxa nominal do crescimento do PIB. Isso não tem precedentes em nenhuma outra economia que adota o regime de metas de inflação. A frase do saudoso Professor Simonsen “a inflação aleija, mas o câmbio mata” deveríamos acrescentar “e os juros empobrecem”. E, com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento em nosso país.

Essa situação impede que a indústria – mas poderia incluir, sem receio de errar, todas as empresas no Brasil sem acesso a crédito favorecido – invista o necessário para se manter produtiva. A geração de caixa livre para investimentos diminui e, obviamente, é proibitivo tomar recursos de terceiros. E quem o fez enfrentou, enfrente ou enfrentará problemas infelizes.

Nos idos dos anos 1980, a economia brasileira aparecia na imprensa mundial como uma das de maior potencial. Tínhamos saído de um ciclo de crescimento que nos colocava no topo do crescimento mundial: 7,2%, média composta anual dos anos 1940 até os anos 1980. Da China ainda nem se falava, ou se falava pouco. Hoje somos destaque pela maior taxa de juros real do mundo, pela desindustrialização precoce.

No ano passado, gastamos mais de 5% do PIB somente com os juros da dívida pública federal. Um ponto de percentagem da Selic corresponde a cerca de 40 bilhões com pagamento de juros. O Brasil gasta com juros mais do que o gasto público somado com saúde e educação: em 2022, mais de 500 bilhões ao ano, e pouco menos de 400 bilhões com saúde e educação.

As sequelas são amplas e irreversíveis. Não é que devemos afrouxar com a inflação. Não é aceitável um pouco mais de inflação para termos um pouco mais de crescimento, o que nem seria sustentável, mas não podemos deixar de cuidar do denominador desta equação da dívida em relação ao PIB. Precisamos cuidar do crescimento nacional.

O impacto na indústria tem sido devastador. O estoque de capital na indústria de transformação sobre o estoque total de capital no país está hoje reduzido a meros 11% e já foi superior a 20% nos anos 1980. Os investimentos, como aliás falou a nossa colega do setor de transportes, não estão cobrindo nem a depreciação da manufatura na última década. E investimento baixo, tendendo a residual na indústria brasileira, significa a queda da produtividade.

Continua no site do HP: <https://horadopovo.com.br/presidente-da-fiesp-critica-juros-do-bc-em-debate-no-senado-as-taxas-sao-inospitas-a-producao/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP: 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@vahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula no 1º de Maio: juro alto leva ao desemprego



Sede da Associação Brasileira de Imprensa

ABI: Projeto de Lei 2630 é importante instrumento no combate às fake news

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) publicou nota defendendo a aprovação do PL 2630/20, conhecido como PL de Combate às Fake News.

Segundo a entidade, o projeto “tem um importante papel no combate à desinformação e ao discurso do ódio ao definir regras para a atuação das plataformas digitais na intermediação online de conteúdos publicados por terceiros, garantindo a liberdade de expressão”.

O projeto tem o deputado Orlando Silva (PCdoB) como relator e está prestes a ser votado em regime de urgência no plenário da Câmara dos Deputados, sendo alvo de uma campanha violenta de desinformação e fake news propagada com incentivo das chamadas “Big Techs”, dos bolsonaristas e de alguns blogueiros ditos “progressistas” na internet.

Na nota, a entidade “considera imprescindível que o Brasil combata com vigor a disseminação de notícias falsas e a propagação da desinformação nas redes sociais, que desqualificam a razão de ser do jornalismo e contaminam o debate democrático”.

REMUNERAÇÃO

A ABI afirma ainda que as “plataformas digitais devem remunerar o conteúdo jornalístico que republicam de terceiros. Inicialmente, a exemplo de outras entidades de jornalistas e da sociedade civil, defendia que esta remuneração não fosse incluída no PL 2630 tendo em vista sua especificidade, mas objeto de uma legislação a parte”.

“Tendo em vista a posição que acabou prevalecendo no texto do relator Orlando Silva, a ABI, em conjunto com a Federação Nacional dos Jornalistas – Fenaj, apresentou uma emenda para que a remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas seja devida tanto a empresas jornalísticas como a seus profissionais jornalistas ou a jornalistas profissionais independentes responsáveis pela produção do referido conteúdo”, pontua a entidade.

MANIFESTO

No último dia 18, entidades que representam o jornalismo profissional assinaram um manifesto pela aprovação do projeto de lei 2.630/2020. Em nota, as 11 organizações defendem a valorização do jornalismo como antídoto para desinformação e do discurso de ódio.

“Diante dos efeitos dramáticos da desinformação e do discurso de ódio, as organizações abaixo assinadas vêm a público reiterar seu apoio à aprovação do PL nº 2630/2020 (conhecido como PL das Fake News), particularmente quanto à valorização do jornalismo como antídoto a essa epidemia social”, diz o manifesto.

As associações consideram ainda que “a remuneração da atividade jornalística por plataformas de tecnologia pode ser um elemento decisivo para a formação de um ecossistema jornalístico” que seja “capaz de se opor à difusão da desinformação”. No entanto, as entidades ressaltam sua preocupação em se tentar mesclar no projeto “a questão dos direitos autorais de produtores culturais que não têm relação direta com o combate à desinformação”.

Assinam o manifesto: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner); Associação Nacional de Jornais (ANJ); Associação De Jornalismo Digital (Ajour); Associação Brasileira de Mídia Digital (ABMD); Associação da Imprensa de Pernambuco (Aip); Associação Paulista de Jornais (APJ); Associação Riograndense de Imprensa (Ari); Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCOM); Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas (Fenajore); e Federação Nacional das Empresas de Rádio e Televisão (Fenaert).



Ricardo Stuckert/PR

Presidente faz pronunciamento no Dia do Trabalhador, em São Paulo

Orlando denuncia cruzada de mentiras contra o PL de combate às fake news

Os fascistas brasileiros trabalham para derrotar o PL 2630, que combate as fake news, para continuarem usando as plataformas digitais como instrumento de disseminação do ódio, da violência e de ataques à democracia.

Nesta empreitada, eles estão recebendo apoio milionário das Big Techs, que são empresas monopolistas bilionárias, na sua maioria americanas, que baseiam seus lucros em negócios envolvendo manipulação populacional.

O PL 2630 regulamenta as atividades na internet colocando um ponto final na “terra sem lei” em que se transformou o mundo digital. Correntes de extrema-direita e criminosos de todos os tipos acharam que poderiam continuar cometendo seus crimes pelas redes sem serem punidos. Ataques contra a democracia, disseminação do ódio e de ideologias nazistas e até mesmo pedofilia e ameaças à vida de crianças passaram a ser frequentes nas redes.

O relator do projeto, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), rebateu os que atacam o projeto alegando que ele fere a liberdade de expressão. “Liberdade de expressão não é passar por cima de crimes”, respondeu Orlando.

Os criminosos dizem que estão sendo censurados com o PL 2630, mas o que eles pretendem é confundir as pessoas. Eles misturam direito de opinião com direito de cometer crimes. O que vai acontecer é que todos os crimes cometidos nas redes sociais passarão a receber a punição adequada com a aprovação do novo projeto.

Esse é o verdadeiro objetivo do PL 2630. Quem combate esta legislação quer permitir que os criminosos continuem a usar a internet para cometer atos ilegais de todos os tipos. Desde as guerras híbridas contra governos democráticos em todo o mundo, passando por ameaças às crianças até preparar atos terroristas como os de 8 de janeiro.

Este clima de impunidade reinante na internet vai de encontro aos interesses das correntes fascistas que usam as redes para disseminar sua ideologia nazista e seus ataques à sociedade. Eles querem atacar impunemente a ciência,

a medicina, a cultura, a democracia e à própria vida da população. Vários criminosos têm usado as redes sociais para ameaçar a vida das pessoas e até de crianças nas escolas. Este foi o caso, por exemplo, da atrocidade ocorrida recentemente em uma escola de Santa Catarina.

O canal de denúncia previsto no projeto é para ajudar no combate aos crimes mas não é simples como apertar um botão. As pessoas terão de estruturar justificativas, com base legal, o que desincentivará uma guerra de denúncias de canais. Ele vai exigir tempo e energia de quem quiser mandar denúncia.

Se as plataformas se recusarem a tomar medidas após serem devidamente informadas sobre atividades criminosas de seus usuários, elas passarão a ser responsabilizadas solidariamente pelo crime cometido.

Paralelo ao combate aos crimes, o projeto obriga as Big Techs (Google, Facebook, Youtube, Twitter, Instagram, etc) a remunerarem os veículos de imprensa pelas notícias utilizadas por elas e que atualmente não recebem nada pelo seu uso. A remuneração do jornalismo profissional por plataformas digitais está em discussão em todo o mundo.

No entanto, tanto os fascistas brasileiros quanto essas grandes empresas monopolistas estão espalhando mentiras quanto a essa cobrança. São elas que terão que pagar ao jornalismo profissional e aos criadores de uma forma geral pela material utilizado. Não são os usuários que pagarão, como eles estão disseminando nas vésperas da votação do projeto.

O que ocorre é que estas empresas, que ganham bilhões com conteúdo jornalístico dos outros, não querem remunerar quem cria esse conteúdo. No caso da Austrália, o Google chegou a ameaçar deixar o país se fosse cobrado, mas era blefe, ele não saiu daquele país. Acabou aceitando a nova legislação. No Brasil o seu lucro é muito maior do que na Austrália e ela, certamente, não abriria mão de forma alguma deste lucro bilionário que obtém no país.

Com 148 milhões de usuários ativos em 2022,

o Brasil é o 3º país do mundo com maior número de usuários do Facebook, sendo responsável por parte importante das receitas bilionárias da empresa. Da mesma forma que não saíram da França e da Austrália que já instituíram regras semelhantes, essas empresas permanecerão no Brasil.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) informou que, assim que o PL 2630 começou a tramitar no Congresso, o Google escolheu, por critérios próprios, 150 órgãos de imprensa do país e acertou com eles a remuneração por seu trabalho.

O que Orlando Silva propõe é que esse pagamento seja obrigatório como já é em outros países, mas para todos os órgãos de imprensa do Brasil, sejam eles grandes, médios, pequenos e até mesmo empresas individuais. A remuneração, tanto do conteúdo jornalístico quando de outros tipos de criação artística, passarão a estar na lei. Não dependerá da boa vontade seletiva da plataforma.

O PL não cria embaraços para a publicidade direcionada para os produtores. Ele apenas obriga que a gigantes de tecnologia paguem pelo conteúdo utilizado por elas e que rendem bilhões de lucro. Só para se ter uma ideia a Google tem um lucro de US\$ 100 bilhões por ano e o Brasil é um dos principais locais onde ela obtém esse lucro.

A nova lei não altera em nada as publicidades que o Google disponibiliza nos sites e blogs monetizados. Isso não será modificado. O que a lei vai fazer é apenas garantir a remuneração de conteúdo jornalístico que ele usa indevidamente, ou seja, sem pagar.

Ao contrário das fake news das Big Techs e dos fascistas de Bolsonaro, o PL 2630 não cria nenhuma nova regra para as empresas de mídia, imprensa, jornalismo e etc. Ele obrigará as plataformas a sentarem com os veículos de imprensa para acertarem os contratos de uso de seu conteúdo. Como, aliás, o Google já faz em outros países e que fez, espontaneamente, com as 150 empresas de jornalismo brasileiras convidadas pela plataforma para se associarem a ele.

SÉRGIO CRUZ

Presidente do Superior Tribunal Militar afirma que Bolsonaro estimulou golpistas

O brigadeiro Joseli Camelo, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), afirmou, na quarta-feira (26), em entrevista à jornalista Miriam Leitão, da Rede Globo, que os militares envolvidos nos episódios de 8 de janeiro estavam em cargos públicos e, por isso, devem explicações à sociedade.

Ele admite que houve contaminação de militares da ativa no bolsonarismo, mas não da

instituição em si. Para ele, “a CPI será uma excelente oportunidade para todos os militares explicarem seus atos”. “Todos esses oficiais gerais estavam em cargos públicos, em cargos políticos”, disse o brigadeiro.

“Conheço bem o general Gonçalves Dias, porque trabalhei com ele por oito anos. É uma pessoa espetacular, mas ele e todos os outros devem explicações à população. E acho isso natural”, des-

tacou o brigadeiro, ao comentar as acusações dos bolsonaristas ao general.

O brigadeiro criticou também o comportamento dos comandos com os acampamentos golpistas nas portas dos quartéis. “Realmente é uma coisa que não é correta. Mas, como havia um governo que apoiava este tipo de manifestação, achava-se que era normal, que era a livre expressão, só que na realidade não é”, apontou o general.

Presidente oficializou o reajuste do salário mínimo em ato das Centrais Sindicais no Anhangabaú (SP)

O presidente Lula participou, na segunda-feira (1º), do ato do Dia do Trabalhador das Centrais Sindicais, em São Paulo. Em seu discurso, Lula afirmou que “não pode viver em um país em que a escola não é levada a sério, onde o emprego não é levado a sério pelos governantes, onde a taxa de juros não controla a inflação, ela controla, na verdade, o desemprego, por ser responsável por uma parte da situação que vivemos hoje”.

A taxa básica de juros (Selic) é definida pelo Banco Central, que tem como presidente Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro. Ignorando especialistas e os apelos da sociedade, Campos Neto mantém os juros brasileiros no maior nível de todo o mundo, em 13,75%.

O ato unificado das Centrais Sindicais em celebração ao Dia do Trabalhador aconteceu no Vale do Anhangabaú, na capital paulista, tendo como mote “Emprego, Renda, Direitos e Democracia”, além da defesa do “fim dos juros extorsivos”. Fizeram parte do ato as centrais CTB, UGT, CUT, CSB, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e Pública.

VALORIZAÇÃO DO MÍNIMO

Lula aproveitou a data para anunciar, em comunicado oficial, a primeira valorização do salário mínimo acima da inflação dos últimos seis anos. “Outra coisa que nós fizemos foi instituir outra vez o aumento real do salário mínimo acima da inflação. O trabalhador receberá além da inflação a média do crescimento do PIB, como fazíamos quando eu fui presidente até 2010”, afirmou.

“Quando o salário mínimo aumenta, quem ganha não é só o trabalhador. Ganha também o cidadão do comércio, que vende cachorro-quente, que vende pastel. O trabalhador tendo mais dinheiro, compra mais, e o comércio gera mais emprego e vai encomendar da indústria, que também vai gerar emprego. A roda-gigante da economia começa a girar e todo mundo começa a ganhar”, argumentou.

“Nós instituímos o aumento do salário mínimo acima da inflação. Daqui para frente, o trabalhador receberá, além da inflação, a média do crescimento do PIB”, disse. Essa pauta é importante para o movimento sindical, que tem se reunido com representantes do governo

Anderson Torres dá senhas falsas à PF e Moraes cobra

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu 48 horas para a defesa do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres, se explicar e entregar as senhas corretas da nuvem do celular do ex-ministro da Justiça de Jair Bolsonaro (PL).

Anderson Torres entregou senhas falsas para a Polícia Federal a fim de atrapalhar as investigações sobre sua participação na tentativa de golpe do dia 8 de janeiro.

Torres voltou de viagem dos Estados Unidos sem seu celular. Ele diz que perdeu o aparelho na viagem.

Mesmo tendo falado para a PF que iria contribuir com as investigações, Anderson Torres informou senhas inválidas para o acesso à “nuvem” (armazenamento online) de seu celular.

Segundo o G1, o ato irritou os investigadores, que enxergam motivos para Anderson Torres ficar preso mais tempo. Ele está na prisão desde o dia 14 de janeiro.

Apesar disso, a Polícia Federal conseguiu acessar uma parte dos dados que estavam armazenados na nuvem. Mas não conseguiu acesso a outros dados.

Os investigadores querem acesso aos dados do celular de Anderson Torres para conseguir as conversas do ex-ministro com outras autoridades do governo Bolsonaro que podem ter se envolvido nos atos antidemocráticos.

A PF está aprofundando a investigação acerca das conversas que Torres teve em relação à minuta de decreto presidencial

para defender a valorização dos salários.

GERAÇÃO DE EMPREGO

“Outra coisa que vamos trazer de volta é a geração de empregos. Estamos convidando empresários estrangeiros para fazerem investimentos no Brasil, estamos mostrando os grandes projetos que vamos apresentar no terceiro PAC [Programa de Aceleração do Crescimento]”, continuou. Segundo Lula, o terceiro PAC “vai ser o maior projeto de obras e infraestrutura deste país. Vamos voltar a gerar emprego”.

No dia em que se completam 80 anos da CLT, o presidente criticou a falta de direitos trabalhistas para os trabalhadores por aplicativo, como iFood e Uber. “Não tem problema que a pessoa não queira assinar a carteira, mas queremos que a pessoa que trabalhe com aplicativo tenha um compromisso de seguridade social, porque se ele ficar doente, tem que ter cobertura para ser tratado”.

Outro ponto discutido por Lula no ato foi o de garantir, “de verdade e sem vírgula, que a mulher tem que ganhar o mesmo salário do homem se ela tiver trabalho igual”.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), que foi candidata à Presidência, discutiu esse tema com Lula e falou que só embarcaria em sua campanha no segundo turno caso a igualdade salarial fosse um compromisso do mandato.

COMBATE AS FAKE NEWS

O presidente Lula convidou os presentes no Anhangabaú para serem “soldados contra as fake news”. “A gente não pode permitir que a mentira continue prevalecendo. Cada um que tem celular precisa ficar esperto, não pode mandar mensagem mentirosa ou passar para frente o que você sabe que pode prejudicar as pessoas. Foi a verdade que derrubou o ex-presidente da República”.

Na terça-feira (2), a Câmara dos Deputados deverá votar o Projeto de Lei de Combate às Fake News (PL 2.630/20), de relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O PL impede a disseminação de conteúdo criminoso e de ataques à democracia nas redes sociais.

“Vocês se lembram que no dia 8 de janeiro eles tentaram dar um golpe. Todas as pessoas que tentaram dar um golpe serão presas, porque esse país quer democracia e respeito”.

Desembargador anula suspensão e permite que Telegram continue abrigando criminosos nazistas

O desembargador Flávio Lucas, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), determinou o fim da suspensão do Telegram, permitindo que ele continue abrigando nazistas e desrespeitando uma decisão judicial.

O desembargador manteve somente a multa de R\$ 1 milhão por dia enquanto não cumprir o que foi determinado pela Justiça.

Na quarta-feira (26), os serviços do Telegram foram suspensos no Brasil pela Justiça Federal, a pedido da Polícia Federal, após decidir acobertar perfis de grupos nazistas e não entregá-los, apesar de decisão judicial.

A PF estava investigando as organizações nazistas nas redes sociais e a apologia a ataques em escolas quando descobriu a existência de dois grupos no Telegram: “Movimento Anti-Semita Brasileiro” e “Frente Anti-Semita”.

A Justiça Federal determinou que o Telegram entregasse informações de todos os membros.

A PF queria o “nome, nome de usuários, CPF, foto do perfil, status do perfil, e-mail, endereço, dados bancários e do cartão de crédito cadastrados, contatos fornecidos para recuperação de conta, dispositivos vinculados (incluindo IMEI, se houver), número de confiança indicado para a autenticação de dois fatores e logs de criação (contendo IP, data, hora, fuso horário GMT/UTC e porta lógica)” dos nazistas.

Congresso aprova recomposição do fundo de financiamento científico

Novos recursos do FNDCT serão investidos em projetos estruturantes em áreas prioritárias. “É uma conquista importantíssima”, afirma a ministra Luciana Santos

O Congresso Nacional aprovou, nesta quarta-feira (26), o PLN 01, que recompõe integralmente o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que poderá dispor de R\$ 9,6 bilhões para investimentos em projetos estruturantes em ciência, tecnologia e inovação. O projeto ainda será sancionado pelo presidente da República.

“Com a aprovação, estamos próximos de resgatar R\$ 4,18 bilhões deste Fundo, que é a maior fonte de financiamento da ciência brasileira e instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. É uma conquista importantíssima e uma pauta prioritária do MCTI”, afirmou a ministra Luciana Santos.

Segundo a ministra, os recursos serão investidos em projetos estruturantes nas áreas de reindustrialização,

saúde, transição energética e transformação digital que tenham impacto no desenvolvimento nacional.

TAXA REFERENCIAL

Na segunda-feira (24), o presidente Lula sancionou a lei que reduz o custo dos empréstimos do FNDCT. Ao definir a Taxa Referencial como indexador nas operações da Finep com recursos do FNDCT, a Lei 14.554 reduziu os juros dos empréstimos para 2% ao ano.

A expectativa da ministra Luciana Santos é que a medida provoque um forte aumento da demanda por crédito. Ela lembra que o volume de recursos liberados pela Finep em operações de crédito até 14 de abril ultrapassou R\$ 1,1 bilhão – mais do que o dobro do valor desembolsado no mesmo período de 2022. “Com a mudança para a TR, a demanda deve aumentar ainda mais”, disse a ministra.

SC: Prefeitos bolsonaristas são presos por organização criminosa na coleta de lixo

Chegou a 15 o número de prefeitos presos durante a Operação Mensageiro, que apura a suspeita de fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro no setor de coleta e destinação de lixo em diversas regiões de Santa Catarina. Prisões equivalem, atualmente, a 5% de todos os prefeitos de Santa Catarina e envolvem sete partidos.

Na quinta-feira (27), o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) deflagrou a quarta fase da investigação, onde foram cumpridos 18 mandados de prisões preventivas e 65 de buscas e apreensão nas regiões Sul, Planalto Norte, Alto Vale e Vale do Itapocu.

Os prefeitos que foram detidos nesta quinta-feira (26), são: Luiz Carlos Tamanini (MDB), prefeito de Corupá; Adriano Poffo (MDB), prefeito de Ibirama; prefeito Adilson Liszczowski (Patriota), de Major Vieira; Armindo Sesar Tassi (MDB), prefeito de Massaranduba; Patrick Correa (Republicanos), prefeito de Imarui; Luiz Shimoguri (PSD), prefeito de Três Barras; e Alfredo Cezar Dreher (Podemos), de Bela Vista do Toldo e o prefeito de Schroeder, Felipe Voigt (MDB).

Também alvo de mandado de prisão, o prefeito Luis Antonio Chiodini (PP), de Guararimirim, não foi encontrado. Ele está na Europa, em viagem familiar, segundo a prefeitura.

Além disso, já tinham sido presos nas fases anteriores Deyvisonn Souza (MDB), de Pescaria Brava; Luiz Henrique Saliba (PP), de Papanduva; Vicente Corrêa Costa (PL), prefeito de Capivari de Baixo; Marlon Neuber (PL), prefeito de Itapoá; Joares Ponticelli (PP), prefeito de Tubarão; Antônio Ceron (PSD), prefeito de Lages; e Antônio Rodrigues (PP), prefeito de Balneário Barra do Sul.

Os pedidos de ação desta quinta-feira (26), foram feitos pelo Ministério Público de Santa Catarina após a análise dos depoimentos de testemunhas, dos investigados e das provas coletadas nas primeiras fases da Mensageiro.



PL de combate às fake news: pesquisa aponta que 77,9% dos brasileiros são a favor da regulação das redes sociais

Pesquisa do Instituto Atlas Intel aponta que 77,9% dos brasileiros são a favor da regulação das redes sociais. O levantamento foi divulgado nesta terça-feira (25), às vésperas da divulgação do relatório do PL 2.630, o chamado Projeto de Lei das Fake News.

De acordo com o levantamento, 13,8% dos entrevistados são contra a regulação, enquanto 8% não sabem opinar sobre o assunto.

Com 1.600 entrevistados, entre os dias 15 e 17 de abril, a pesquisa questionou se “Você acha que deveria haver uma lei que estabeleça regras claras para como as redes sociais devem funcionar no país?”. 77,9% responderam que sim e 13,8% disseram não à regulação; outros 8,3% não têm opinião formada sobre o assunto.

O assunto ganhou destaque nas últimas semanas após a onda de ataques contra escolas e que desencadeou uma série de ameaças nas redes sociais. Nesta semana, a Câmara dos Deputados pode votar a urgência e o mérito do projeto que trata do combate às fake news e regulamentação das redes sociais. O texto tramita na Câmara desde 2020

Se aprovada, a lei criará regras para o controle de conteúdo nas

plataformas digitais, discutirá a transparência das redes e desenvolverá mecanismos de investigação para troca de mensagens criptografadas.

A maioria dos entrevistados (71,2%) disseram que os donos das grandes empresas de redes sociais como Instagram, Facebook, TikTok ou Twitter não se importam com seu bem estar; 15,8% acham que eles se preocupam pouco e 4,6% que se preocupam muito; 8,4% não souberam responder.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

A pesquisa aponta ainda um fato importante: 74% dos entrevistados acreditam que a falta de regulamentação de redes sociais contribuiu para os recentes ataques em escolas no país. 55,3% disseram que contribuíram; 19,1% que provavelmente contribuíram; 18,7% acham que não contribuíram; outros 6,9% não sabem.

Os entrevistados acreditam que as redes sociais, como são hoje, sem leis específicas que as regulem, contribuíram para as ações violentas.

Além disso, 94% da população acredita que as redes sociais são ambientes inseguros para crianças e adolescentes.



Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos

Vamos legalizar as terras indígenas, diz Lula ao anunciar demarcações

Presidente afirma que pretende “não deixar nenhuma terra indígena que não seja demarcada” e destacou apoio indígenas no combate ao desmatamento

Após cinco anos sem demarcações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) homologou seis terras indígenas nesta sexta-feira (28). O presidente, junto à ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, participou do encerramento do Acampamento Terra Livre, mobilização que congrega desde 2004 representantes de todo o país dos povos originários na luta por seus direitos. “Vamos legalizar as terras indígenas. É um processo um pouco demorado. A gente vai ter que trabalhar muito para que a gente possa fazer a demarcação do maior número de terras indígenas possível”, disse Lula durante discurso no evento. Desde 2018 o Brasil não homologava terras indígenas.

“Não só porque é um direito de vocês, mas porque se a gente quiser chegar em 2030 como o desmatamento zero na Amazônia a gente vai precisar de vocês como guardiões da floresta.” O presidente acrescentou: “Antes dos portugueses, vocês ocupavam 100% das terras brasileiras.”

Lula disse que pretende “não deixar nenhuma terra indígena que não seja demarcada” em seu mandato de quatro anos.

“O que queremos é que, ao terminar nosso mandato, os indígenas brasileiros estejam sendo respeitados e tratados com toda a dignidade que todo ser humano merece. É importante ter consciência de que os indígenas não devem ficar o quê nenhum outro povo”, ressaltou Lula.

Na cerimônia, o presidente segurou uma faixa contra o marco temporal em terras



Presidente Lula e Cacique Raoni Metuktire

indígenas. Na semana passada, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, disse que vai pautar para julgamento o processo sobre o assunto no primeiro semestre de 2023.

A tese, defendida por ruralistas, determina que a demarcação de uma terra indígena só pode acontecer se for comprovado que os indígenas estavam sobre o espaço requerido em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituição.

O governo assinou, ainda, dois decretos, um que recriou o Conselho Nacional de Política Indígenista (CNPI) e outro que instituiu o Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Lula também fez a liberação de R\$ 12,3 milhões para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) apoiar os Yanomamis.

As violações dos direitos humanos que geraram a crise humanitária envolvendo os

Yanomami em Rondônia, denunciadas durante o primeiro mês do governo Lula, vinham ocorrendo nos dois anos anteriores.

Em fevereiro, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e seu escritório no Brasil, a Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Redesca) cobraram providências do Estado ao criticar a omissão de autoridades do governo Jair Bolsonaro (PL) que ignoraram a “situação de violência” enfrentada pelos indígenas.

“Eu jamais imaginei que existisse um governo que deixasse crianças e pessoas adultas chegarem àquelas condições, que quase não podiam levantar de fome, por falta de comida em um país que é o terceiro maior produtor de alimentos do mundo. A verdade é que aquele povo estava no esquecimento, aquele povo estava refém de garimpeiros”, acrescentou o presidente.

Extraditado dos Emirados Árabes, bolsonarista Thiago Brennand chega algemado ao Brasil

O criminoso empresário e herdeiro Thiago Brennand chegou ao Brasil preso, na tarde deste sábado (29) pelo Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. O voo saiu do aeroporto Charles de Gaulle, em Paris, de manhã.

A equipe da Polícia Federal responsável por trazê-lo embarcou na madrugada da última quinta-feira (27) aos Emirados Árabes.

Um delegado, dois agentes da Polícia Federal e um escrivão da Interpol treinado em jiu-jitsu fazem parte do grupo. Brennand apareceu de boné, usando máscara e com as mãos cobertas.

Ele é acusado de estupro, agressão, cárcere privado e ameaça, e foi preso nos Emirados Árabes em 17 de abril.

Segundo a PF, o herdeiro deve ser encaminhado a uma viatura e seguir diretamente para a Superintendência da PF, na Lapa.

No domingo (31), ele passará por audiência de custódia e transferido para uma unidade prisional.

A Polícia Civil, no entanto, defende que Brennand seja custodiado pela corporação assim que pousar em Guarulhos e, de lá, encaminhado a uma unidade prisional.

Nas redes sociais, Thiago se declara bolsonarista e se apresenta com fotos vestindo faixa



Foragido da justiça, milionário é acusado de estupro, agressão, cárcere privado e ameaça

preta, divulgando um suposto diploma de professor de jiu-jitsu formado no Rio de Janeiro em dezembro de 2019.

Ele é acusado de estupro, agressão, cárcere privado e ameaça. Durante a prisão, Brennand resistiu, disse que era inocente e que estava sendo injustiçado.

A inteligência da polícia dos Emirados Árabes agiu rápido porque desconfiou que o empresário fosse tentar fugir para a Rússia, onde o empresário tem amigos e já morou antes da pandemia.

SENSAÇÃO DE JUSTIÇA

Marcio Cezar Janjacom, advogado que representa 12 vítimas de Brennand, disse que as vítimas estão com a sensação de justiça.



Servidores realizaram ato em defesa da Copel na frente da ALEP

Deputados denunciam à CVM irregularidades no processo de privatização da Copel no Paraná

Deputados que integram a Frente Parlamentar das Estatais e Empresas Públicas da Assembleia Legislativa do Paraná (Alepp) protocolaram um documento junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Ministério da Fazenda nesta semana com denúncias sobre o processo de privatização da Copel.

A venda da Companhia Paranaense de Energia, proposta pelo governador Ratinho Jr. (PSD), foi aprovada a toque de caixa na Assembleia Legislativa em novembro de 2022, mas enfrenta resistência. Além dos parlamentares, sindicatos que compõem o Coletivo da Copel atuam para impedir a privatização. A campanha “A Copel é Nossa”, composta por diversos setores da sociedade, também reforça o movimento.

O texto cita imposição do sigilo da documentação de natureza pública, do descumprimento de cláusulas de contratos de concessão de geração e destruição de energia em caso de alienação de ações, de irregularidades nas demonstrações financeiras ao mercado. O documento aponta ainda a divulgação de informações privilegiadas e violação de sigilo pelo governo do Estado, entre outras irregularidades.

A denúncia é assinada pelos deputados estaduais Arilson Chiorato (coordenador da Frente), Ana Júlia, Dr. Antenor, Professor Lemos, Luciana Rafagnin, Requião Filho e Renato Freitas (PT), além de Goura (PDT). Também endossaram o documento os deputados federais petistas Gleisi Hoffmann, Carol Dartora, Tadeu Veneri e Elton Welter.

“Questionamos também à CVM a possível omissão da dívida bilionária (R\$ 3,2 bilhões) do balanço da empresa e ainda a contratação suspeita de empresa de consultoria para fazer a instrução da privatização da empresa, uma vez que um dos sócios é filho de uma conselheira da Copel”, explica Chiorato. O contrato mencionado foi assinado por mais de R\$ 4,1 milhões.

A ação junto à CVM faz parte do rigor nas investigações anunciado por Chiorato durante entrevista ao HP em 14 de abril. “Tem vários indícios, também têm indícios de suspeitas de informações não declaradas de forma adequada no balanço, que são dívidas que a Copel tem contraída, já de repente julgada em alguma instância, e não colocado o valor adequado no balanço patrimonial, financeiro da empresa. Há várias dúvidas, há várias denúncias, e a gente vai aprofundar tudo isso”, assegurou na ocasião.

Desde a votação da proposta, parlamentares da oposição a Ratinho Jr. lutam para impedir a entrega da estatal ao mercado. Em janeiro deste ano, o grupo encaminhou dois ofícios à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apontando irregularidades na condução das etapas de venda da empresa.

Um dos pontos mais criticados pelos deputados na denúncia protocolada junto à CVM é sobre o sigilo imposto às operações de empresas com a bolsa de valores, mencionada pelo parlamentar paranaense durante a entrevista ao jornal.

“O processo de privatização da Copel está sendo feito de maneira açodada. A lei que veio para a Assembleia entrou no regime de urgência. Do dia que entrou, até sancionada, demorou apenas sete dias. Não houve discussões”, criticou Chiorato.

“Tem várias suspeitas de irregularidades. Inclusive, eu denunciei contratos para fazer os estudos e a modelagem de venda da Copel sem licitação, valores que perfazem R\$ 28 milhões, inclusive suspeitas de favorecidos que tiveram contratos sem licitação serem parentes de pessoas que dirigem a Copel”, continuou.

No início do mês, o governador firmou um acordo com o Itaú, comprador do Banestado em 2000, em que antecipa uma dívida da Copel com a instituição, que seria paga em forma de precatórios em 30 anos. A manobra busca viabilizar a venda da companhia. O acordo, segundo Chiorato, representa um desrespeito com os credores na fila do regime de precatórios. “E um furo fila para acertar esse litígio que impede, inclusive, a privatização da Copel”, avalia.

O Supremo Tribunal Federal (STF) referendou o acordo entre o Estado do Paraná e o Itaú. A ação, que teve o ministro Ricardo Lewandowski como relator, prevê um desconto de 62% no valor devido, que era de R\$ 4,5 bilhões, e caiu para R\$ 1,7 bilhão, com pagamento nos próximos 2 anos.

Uma das alegações de Ratinho Jr. para privatizar a empresa de energia é que a Copel acumula prejuízos. “A Copel de maneira alguma está dando prejuízo para o Estado”, rebate o presidente da Frente Parlamentar. “Ela teve R\$ 5,1 bi no ano passado de lucro, parte disso veio em forma de dividendos para fazer políticas públicas no estado. É uma empresa totalmente rentável, que tem uma função social muito grande”, sustenta Arilson Chiorato.

Centrais Sindicais: CLT chega aos 80 anos como marco civilizatório da nossa história

A Consolidação das Leis Trabalhistas, aprovada pelo presidente Getúlio Vargas no dia 1º de Maio de 1943, representou uma mudança radical na forma como o Estado brasileiro trata o povo. Com 922 artigos, a CLT passou um pente fino nos diversos ofícios praticados no país em uma enorme tarefa de organizar o mundo do trabalho. Ela definiu o que é rural e urbano, o que é serviço público e privado, delimitou jornadas, definiu os deveres dos empregadores, abordou questões de saúde e segurança, previdência social, representação sindical etc. Foi um esforço de projetar o país em larga escala nunca antes visto.

Não se pode dizer que não havia nenhuma lei trabalhista antes da CLT. A construção da nossa República, já em seu advento em 1889, buscou, ainda que tardiamente, inserir o país no mundo capitalista. Mas aquelas primeiras leis eram tão frágeis e tendenciosas quanto as ideias das classes dominantes sobre o fim da escravidão. Mesmo após a abolição, em 13 de maio de 1888, as relações patrão/empregado mantiveram o caráter autoritário, desumano e injusto que vigorou em quase 400 anos de escravidão.

Após a Revolução de 30 foi implementado um projeto desenvolvimentista que exigia tanto uma mão de obra mais qualificada, quanto um crescente mercado consumidor. E a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, chamado de nada menos que “Ministério da Revolução”, foi fundamental para criar a estrutura de proteção ao trabalhador para o Brasil industrializado que Vargas vislumbrava.

Demandas sindicais, como jornada de trabalho de 8 horas, salário-mínimo, voto feminino, regulamentação da sindicalização, licença-maternidade, entre outras, reivindicadas em greves, como as de 1917 e 1919, e por meio de organizações, como a Confederação Operária Brasileira (1906 a 1920), encontraram lugar no projeto do governo. Direitos trabalhistas mais abrangentes começaram a aparecer desde então.

A CLT proporcionou, enfim, a criação de uma classe média no Brasil, oferecendo ao povo a possibilidade de organizar a vida, de planejar o futuro, de crescer profissionalmente e de ascender socialmente. São gerações de pais e mães de família que não só passaram a ter mais segurança em seus empregos, como também a buscar qualificação técnica e a valorizar a educação dos filhos.

Em sua história a legislação trabalhista passou por diversas mudanças. Algumas vezes para melhor, como a equiparação dos direitos de homens e mulheres e de trabalhadores rurais e urbanos, a proibição da discriminação (por sexo, raça e cor ou estado civil), negociação coletiva e da organização sindical no serviço público, redução da jornada de 48 para 44 horas semanais etc. Conquistas que resultaram de lutas sindicais e sociais.

Mas, como os descendentes dos oligarcas da República Velha jamais aceitaram a mudança de status dos trabalhadores de escravizados e semi-escravizados para civis com participação política, econômica e cultural, nem sempre as mudanças foram populares.

Basta observar que quanto mais o governo sustenta uma concepção feudal do Brasil, maior é o número de mudanças na CLT que ele promove. Durante a ditadura militar, por exemplo, houve várias alterações, como a substituição da lei que garantia estabilidade no emprego após dez anos registrado em uma mesma empresa, pela criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mudança que incentivou a rotatividade da força de trabalho.

O maior desmonte em toda a história da legislação ocorreu, entretanto, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Não é mero deboche chamar a reforma trabalhista de 2017 de “deformação”, como muitos críticos fazem. Com alteração de mais de 200 dispositivos, seguida por outras minirreformas, a Lei nº 13.467/2017 forjou uma verdadeira deformação na CLT.

Assistimos ao fenômeno da uberização, vendido pelos governos Temer e Bolsonaro, como geração de empregos. São empregos, todavia, circunscritos ao aqui e agora, que mal formam um presente, quem dirá um futuro.

A ampla retirada de direitos e a redução do poder do Estado tiveram efeitos nefastos, como a fragilização dos sindicatos, a precarização do trabalho, a diminuição do rendimento médio da população, a desindustrialização, a elevação do número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, fome generalizada, além do aumento da criminalidade e da violência.

A reforma foi anunciada como “modernização” como se representasse um avanço nas relações de trabalho existentes. Mas o cerceamento das leis trabalhistas, do movimento sindical e da classe operária, práticas reeditadas ao longo da história, são formas de conter o desenvolvimento inaugurado na década de 1930. Desenvolvimento que, todavia, ainda está em curso.

Mesmo que a CLT tivesse completado sua missão de garantir segurança e poder de escolha para todos os brasileiros, ainda assim a presença do Estado e a participação ativa das entidades sindicais seriam importantes para garantir isonomia na relação patrão/empregado.

Somente uma mudança de patamar histórico, com uma elevação coletiva da consciência, poderia engendrar relações seguras e justas independente da obrigação da lei. A realidade do Brasil de 2023 está muito longe desse patamar. O que move nossa sociedade é a constante tensão entre a busca das classes dominantes por privilégios e a luta classes populares para que a vida seja mais do que o pão de cada dia.

Por isso é um grande cinismo atribuir à retirada de direitos o caráter de “modernização” quando a essência desta prática é a do retrocesso à República Velha. Os 80 anos da CLT são ainda pouco tempo frente aos quase 400 anos de escravidão que normalizaram o racismo, os abusos e a exploração desenfreada dos trabalhadores.

E por isso que neste 1º de Maio de 2023 a CLT chega aos 80 anos como um dos maiores marcos civilizatórios da nossa história. A crise socioeconômica de 2016 a 2022, agravada pela pandemia, reforçou a importância e a necessidade da Consolidação das Leis Trabalhistas.

A segurança do povo brasileiro frente à contradição entre o capital e o trabalho ainda reside na legislação trabalhista, nas convenções coletivas e na organização sindical. E isso que buscamos construir: um país com contratos sociais justos, públicos e incontestáveis que diminuam as disparidades regionais e sociais, e acima de tudo, que assegurem ao trabalhador sua liberdade, sua dignidade e sua posição como cidadão.

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical
Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Antonio Neto, Presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Centrais festejam 1º de Maio e cobram saída de Campos Neto



Ministro do Trabalho critica alta taxa de juros e chama presidente do BC de “empata gol”

Em entrevista à Folha de São Paulo na véspera do Dia do Trabalhador, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, criticou a alta taxa de juros praticada pelo Banco Central (BC) e chamou o presidente do banco de “empata gol”.

Falando sobre as medidas que o governo do presidente Lula vem tentando colocar em prática para “que dê uma ferramenta que ajude os brasileiros e brasileiras a ajustarem suas contas para resolver o problema do endividamento”, Marinho disse que, além de resolver o problema do endividamento, é preciso enfrentar o problema do crédito.

“Precisamos baixar o endividamento e ao mesmo tempo resolver o problema de crédito. Ter crédito o mais barato possível para ajudar a economia a crescer, apesar do empata gol da economia aí, que é o Banco Central”, afirmou.

De acordo com o ministro, “a economia está ávida por crescer. E tem um cidadão no gol [referindo-se ao presidente do BC, Roberto Campos Neto] que botou uma rede antes do gol para a bola não entrar. Faz sentido isso? Esse cara [diz] ‘ah, isso é técnico’. Técnico

onde, Banco Central? É política”, acusou.

Luiz Marinho rebate ainda os argumentos defendidos por Campos Neto de que os juros altos são para controlar a inflação.

O ministro admite que quando há inflação descontrolada, a população de baixa renda é a mais prejudicada, mas, segundo ele, essa não é a realidade do país no momento.

“Com a inflação descontrolada, quem mais perde é a baixa renda. Ninguém discute. Agora, quando você utiliza uma ferramenta de combate à inflação para restrição, restringindo a economia, quem mais se prejudica é a baixa renda”.

Para Marinho, “não estamos com um processo de hiperinflação, muito pelo contrário. Esse é o momento de criar condições. Estamos fazendo uma política para adequar o problema do endividamento das pessoas, para elas poderem consumir dentro das suas necessidades. Não é para a farra do boi. E para a economia voltar a funcionar, para gerar emprego”.

É, fazendo coro com as centrais sindicais, os representantes do empresariado e até o presidente Lula, o ministro acusou um mais

vez o presidente do BC de boicotar a economia brasileira, desta vez como “um cara aí botando prego para furar os pneus”, e conclama a sociedade a enfrentá-lo.

“Não dá. A sociedade tem que pressioná-lo, o Senado tem que chamar lá e falar: ‘cara, da mesma forma que nós te colocamos, nós podemos te tirar’. E o Senado que é a autoridade, não é o Lula, não é o governo”, disse.

“O vereador pode perder mandato, deputado, prefeito, governador, o presidente da República. O ministro do Supremo pode perder. O presidente do Banco Central também, porque ele está incorrendo em um grave erro”, afirmou Marinho.

E cobrou do parlamento: “O Senado não está assumindo a sua responsabilidade. Todo mundo tem que ter controle de alguém para avaliar assim: ele está cumprindo a sua regra de autonomia ou ele não está sendo autônomo coisa nenhuma? O Senado pode mais. Já teve início um processo em que o Senado começa a exercer seu papel, ele está sendo chamado a ir lá, dar explicações”, disse.

“Juros do Banco Central sabotam o país”

Em comemoração ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador, as Centrais Sindicais realizaram um ato no Vale do Anhangabaú, no centro de São Paulo, reunindo milhares de trabalhadores e dirigentes sindicais, na manhã desta segunda-feira. A atividade contou com a presença do presidente Lula, que oficializou o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320, condenou as altas taxas de juros do Banco Central e anunciou o plano do governo para a retomada da geração de empregos. Lula também convocou os trabalhadores a serem “soldados contra as fake news”.

As Centrais destacaram a necessidade da retomada do crescimento econômico com a queda da taxa Selic, hoje em 13,75%. Nas intervenções, os sindicalistas falaram da importância da vitória de Lula nas últimas eleições e da retomada do avanço das políticas para os trabalhadores, como a valorização do salário mínimo e o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda, medida também anunciada pelo governo neste Dia do Trabalhador.

Os dirigentes denunciaram o atual patamar da taxa básica de juros mantida pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como principal entrave para o desenvolvimento econômico do país. O ato ocorre na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), nesta terça-feira (2).

Para Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), “é verdade que um passo importante foi dado. A vitória eleitoral do presidente Lula reforçou os ares da democracia, da soberania e dos direitos”. Mas, afirma o dirigente, “a gente amarga a triste infelicidade – e infelicidade porque ninguém daqui deu um voto a Roberto Campos Neto, ninguém votou no presidente do Banco Central – de o presidente do BC se dar ao direito de impor uma taxa de juros de 13,75%. E a maior taxa de juros aplicada no mundo”.

“E qual a consequência disso? Quem veio hoje para o 1º de Maio carrega consigo um sentimento de tristeza porque não há no centro de São Paulo uma rua, uma avenida, que não haja alguém pedindo um prato de comida. Nós precisamos nos rebelar e o presidente Lula está indicando o caminho. Ele disse também que nós vamos precisar pressionar, porque não vamos recuperar a política de salário mínimo agora, mas vamos brigar para que a política de salário mínimo garanta, em 2024, a variação do PIB, a inflação e um fator de correção. Sabemos, presidente Lula, que o salário de R\$ 1.320 ainda está muito distante do salário mínimo ideal calculado em fevereiro, de R\$ 6.400. E em São Paulo o custo da cesta básica consome 60% do salário mínimo. Sobra R\$ 500. Não paga mais o aluguel, não compra o botijão de gás”, afirmou Adilson.

“COM ESSES JUROS, QUEM GANHAM SÃO OS BANCOS”

Sérgio Nobre, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), destacou que “a nossa unidade foi fundamental para derrotar o fascismo no nosso país, mas a nossa unidade vai ser mais importante ainda para reconstruir o Brasil, que foi destruído por Bolsonaro. Então, presidente Lula, precisamos voltar a crescer de forma vigorosa, gerar emprego, que é o que o nosso povo precisa. Precisamos acabar com a fome nesse país, que tinha acabado no seu governo. E para isso tem que cair a taxa de juros. Temos que tirar esse picareta

do Campos Neto, que está sabotando o crescimento do país com uma taxa de juros de 13,75%”.

“Presidente, a partir de amanhã, o movimento sindical estará em campanha permanente pela queda dos juros, condição fundamental para esse país crescer”, concluiu Sérgio Nobre, parabenizando Lula “pelos seus 100 dias de governo, que fez mais pelos trabalhadores do que Bolsonaro em quatro anos”.

Moacyr Auersvald, presidente interino da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), declarou que, “com juros altos, você não faz a economia rodar”. “Como é que você vai comprar uma mercadoria duas vezes mais cara. Essa taxa de juros desacelera o crescimento, a produção e quem ganha são os bancos”.

“Não dá pra gente achar que o Banco Central pode fazer uma política diferente da política de quem está no poder. E hoje nós temos essa diversidade, nós temos que terminar com isso. Isso é como ter um amigo dando tiro no pé. Esse é inimigo declarado, não é inimigo do presidente, inimigo do povo trabalhador. Ele é inimigo da nação”, afirmou Moacyr.

Para o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Antonio Neto, “esse ano a gente respira o ar da democracia, porque enterramos o fascismo nas eleições. Foram seis anos em que ouvíamos que ‘emprego, só sem direito’. Mas nós queremos emprego, salários e direito para todos. E chegada a hora de rever a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, a lei da terceirização, que é sinônimo de escravidão”, ressaltou Neto.

“80 ANOS DA CLT”

“Estamos vendo um reajuste do salário mínimo. Não é o ideal, mas é o possível. Estamos vendo a isenção do IR para até dois salários mínimos. Não é o ideal, mas é o que é possível dentro dessa repavimentação do nosso país agora, com o governo Lula”, afirmou Miguel Torres, presidente da Força Sindical. “Hoje a CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] completa 80 anos”, lembrou Miguel. “São 80 anos da nossa CLT, muito combatida por alguns, mas necessária para os trabalhadores. Temos que valorizar os nossos direitos, que foram atacados em 2017. Queremos sim rever pontos da reforma trabalhista, que tragam mais empregabilidade e garantia aos trabalhadores”, afirmou.

Ricardo Patah, presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), afirmou que “hoje é o 1º de Maio da liberdade, o 1º de Maio da democracia, o 1º de Maio do povo brasileiro”. “Só vamos mudar o Brasil com a unidade das Centrais Sindicais, dos trabalhadores e trabalhadoras”. Patah também criticou os juros elevados e defendeu que “o pobre não pode pagar Imposto de Renda”. “Nós queremos emprego, qualificação profissional e uma nova política de salário”, reforçou.

As atividades do 1º de Maio foram organizadas pelas centrais Força Sindical (FS), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Sindical do Brasil (CSB), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Central do Servidor (Pública) e Inter-sindical. A comemoração do Dia do Trabalhador também contou com as apresentações de Leci Brandão, Zé Geraldo, Dexter, entre outros artistas.

PEDRO BIANCO,
RODRIGO LUCAS
E TIAGO CÉSAR





Os cravos que engalanam as armas Revolução dos Cravos: a luta anticolonial e o fim do salazarismo

Debate sobre as lutas em Portugal e nas colônias que desembocaram na revolução de 25 de abril de 1974 foi celebrado na Casa de Portugal, nesta quarta-feira (26). A professora da USP Dra. Vera Lúcia Amaral Ferlini, diretora da cátedra Jaime Cortesão, que é dedicada aos estudos da história e literatura de Portugal, coordenou os trabalhos da cerimônia denominada “25 de Abril: A Resistência Colonial e o fim do Salazarismo”. A professora agradeceu aos diretores da Casa de Portugal que apoiaram o evento “fazendo jus à memória dos ‘militantes anti-salazaristas que possibilitaram a formação das cadeiras que estudariam a cultura e a literatura portuguesas na USP’”.

Vera citou a presença de Jorge Longa Marques, cônsul adjunto de Portugal em São Paulo e de Renato Gonçalves, presidente em exercício da Casa de Portugal, da pesquisadora da Fapesp, Eliana Junqueira, de José Antonio Costa, diretor do Centro Cultural 25 de Abril e da diretora da Casa de Portugal, Beatriz Cristal. Também estava entre os presentes, a professora Marina Simões Galvanese, que escreveu junto com os palestrantes da noite, os professores da USP, Francisco Carlos Palomanes e Helena Wakim Moreno, o livro Portugal e os 60 anos da Guerra em África.

A entrada do local onde se realizou o debate foram dispostos cartazes incluindo fac-símiles do jornal Portugal Democrático que, aqui do Brasil, colaborou com a luta contra a ditadura salazarista. Em sua intervenção, o professor Carlos Palomanes Martinho destacou que a ditadura em Portugal seguiu vigente após a morte do ditador Salazar, com o continuismo salazarista exercido por Marcelo Caetano que o sucedeu à frente de Portugal após a morte do ditador.

CAETANO: CONTINUISMO SALAZARISTA

O professor Palomanes destacou que Marcelo Caetano, ex-reitor da Universidade de Lisboa, decepcionou os anti-salazaristas que viam nele uma possibilidade de mudanças tanto no regime ditatorial quanto no fim da opressão colonialista. “Exilado no Brasil, o jornalista português Victor Cunha Rego afirmava nas páginas da Folha de São Paulo, que (...) via Caetano como um reformista, ‘antimonarquista e partidário de maior flexibilidade do regime, adaptando-o politicamente à integração econômica europeia’”.

Ao contrário destas frustradas expectativas, Caetano, segundo o palestrante, recusaria insistentes iniciativas do libertador do Senegal e então presidente do país tornado independente, Leopold Senghor, no sentido de promover um processo de transição para a inicial autonomia e depois um referendo sobre independência de uma das colônias africanas, a da Guiné (posteriormente Guiné-Bissau).

Senghor chegaria a ter um encontro com o general português, António Spínola – que depois aderiria ao Movimento das Forças Armadas, MFA, na deposição de Caetano e na libertação de Portugal do salazarismo – no qual o líder africano propusera a transição, o que foi respondido com brutal reacionarismo por parte de Marcelo Caetano, que preferia a derrota militar à negociação com os líderes da luta anti-colonial.

“Para a defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra do que um acordo com os terroristas”.

Já quando tomou posse, Caetano mostrou sua adesão ao salazarismo quando, em sua fala à Assembleia Nacional em 27 de novembro de 1968, “inseriu ‘a política portuguesa no contexto global da guerra contra o comunismo’”.

A política de Caetano, relatou o professor Palomanes, levou Portugal a tal isolamento, que se alastrou com a declarada oposição da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha, então dirigida por Willy Brandt, que o país ibérico foi condenado pela Assembleia Geral da ONU em “nada menos do que quinze resoluções” entre 1969 e 1973, ou seja, a última delas já às vésperas de sua deposição. O que significava que não prosperou a sua expectativa de “convencer o Ocidente do papel civilizador”, da colonização portuguesa.

E A RESISTÊNCIA DISSE NÃO

O debate prosseguiu com a professora Helena Wakim Moreno, que centrou sua dissertação no processo da resistência anti-colonial e de como ela esteve nos fundamentos não só da libertação destes povos em sua luta, mas influíram de forma decisiva para que o povo português se libertasse da ditadura salazarista. “Como dizem os versos do poeta Manuel Alegre que estão grafados nas paredes do Museu do Aljube, o museu em homenagem à resistência: ‘Mesmo na noite mais triste, em tempos de servidão, há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não’, este Não que a resistência ao regime disse, foi percebido de diferentes maneiras e em diversas latitudes: através de greves de trabalhadores e camponeses, através da organização de círculos de oposição ao regime do Estado Novo, por meio das chamadas associações nativistas e através da imprensa”, destacou a professora.

“Vou tentar assinalar um pouco da dinâmica da imbricada resistência em Portugal e nos territórios colonizados. A exemplo da luta contra o regime imposto em Portugal, a resistência ao regime salazarista em África e a contestação ao regime colonial também foi permanente.

“Neste ano, acompanhando através das mídias sociais e através da imprensa, eu pude observar que não são as associações de afro-descendentes, mas também diferentes associações da sociedade civil portuguesa, portavam cartazes reafirmando que “O 25 de Abril nasceu em África”.

“O dito nestes cartazes, de forma alguma, diminui o papel das Forças Armadas, um movimento impactante, que se condensou no 25 de Abril de 1974, mas são afirmações que nos convidam a pensar de como a história dessa revolução pode ser observada a partir de um viés que articula a antiga metrópole, Portugal, e os territórios sob dominação colonial portuguesa em África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé, e um movimento maior que deu ensejo a esta revolução.

Leia íntegra da matéria em www.horadopovo.com.br

1º de Maio na França leva milhões às ruas contra ataque de Macron à Previdência



Trabalhadores ocuparam o centro de Paris para dizer não ao arrocho de Macron

Arce chama trabalhadores à união para avançar nas conquistas e na industrialização da Bolívia

Ao lado dos dirigentes da Central Operária Boliviana (COB), o presidente Luis Arce comandou nesta segunda-feira a marcha comemorativa do 1º de Maio até a Praça São Francisco, no centro de La Paz, onde anunciou diante de milhares de manifestantes o aumento de 5% no valor do salário mínimo – contra uma inflação de 3,1% – elevado para 2.362 pesos (R\$ 1.710).

“Os trabalhadores são a força que impulsiona a economia e a construção de uma Pátria com mais igualdade e justiça social. Parabéns!”, afirmou o presidente boliviano. Além de destacar a relevância da valorização dos salários para a retomada do crescimento, Arce defendeu a necessidade do respeito aos direitos sociais e de uma atuação cada vez mais firme do Estado na garantia de políticas públicas de qualidade.

Destacando o papel protagonista da classe no processo de transformação, comandado pelo Movimento Ao Socialismo (MAS), o presidente entregou três Decretos Supremos à COB: o 4.926, que estabelece licença especial para os trabalhadores acessarem cursos profissionalizantes e de capacitação; o 4.927, que estabelece autorizações para a participação em atos comemorativos e já anunciado o 4.928, que estabelece o reajuste salarial de 5% no salário mínimo para 2023.

Junto à multidão, no centro da capital, Arce reiterou o compromisso do governo com



Arce e dirigentes da Central Operária Boliviana

“o processo de industrialização, para a Bolívia se tornar um exemplo porque somos um país que tem tudo”. A descoberta do poço de hidrocarbonetos Yope -XI, no município de Yapacaní em Santa Cruz, reforça a relevância de seguir firmes neste caminho, assinalou. “É um sinal de que continuamos com o modelo econômico baseado na exploração dos recursos naturais, mas mais do que isso, na sua própria industrialização”, disse o presidente, enfatizando que esta é a firma para agregar valor e garantir soberania.

“FIRMES E UNITÁRIOS”

O líder boliviano apontou que “há uma situação política marcada pelo desejo da direita internacional e nacional de dividir nossas organizações sociais, incluindo nossa COB, nossos sindicatos e confederações porque sabem que somos fortes”.

Daí, enfatizou, a necessidade de atuarmos cada vez mais firmes e unitários. “Irmãos e irmãs, é muito importante estarmos conscientes de que o fator fundamental para deixar a direita com as mãos vazias e avançar no projeto dos trabalhadores e do povo boliviano é a unidade monolítica em torno da nossa gloriosa COB”, disse Arce.

O secretário executivo da Central Operária Boliviana, Juan Carlos Huarachi, reiterou seu total apoio ao governo de Luis Arce e afirmou que estão atuando “juntos” para consolidar as transformações. “Se garantimos a estabilidade política, o governo é obrigado a garantir a estabilidade da economia para atender a demanda social. É por isso que estamos aqui de mãos dadas e essa é a diferença hoje com o novo processo de mudança”, frisou.

A França viveu mais de 300 manifestações contra a “reforma” da Previdência que aumenta a idade legal de aposentadoria de 62 para 64 anos

“Este Primeiro de Maio é um dos mais fortes do movimento social”, afirmou a secretária-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT), Sophie Binet. Os sindicatos informam que 2,3 milhões de pessoas foram às ruas em todo o país.

“Primeiro, rejeitamos essa reforma do sistema previdenciário, ela deve ser retirada. Não voltaremos à normalidade até que o governo retire a reforma. E depois, queremos colocar na mesa de negociação as questões que realmente preocupam os franceses: aumento de salários, redução da jornada de trabalho, igualdade de gênero, meio ambiente”, disse Sophie à Radio France Internationale (RFI).

Em Paris, no início da tarde, apesar de uma forte pancada de chuva, a animação tomou conta. “Estamos aqui, Macron. Mesmo que você não queira, estamos aqui!” – era puxado a todo momento nas ruas, ganhando coro imediato dos participantes.

“Não é o fim da luta, é o protesto do mundo do trabalho contra esta reforma”, disse o líder da Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), Laurent Berger, no começo da manifestação na capital, que teve a participação de 550 mil pessoas de acordo com a CGT.

1º DE MAIO UNITÁRIO

No restante da França a participação também foi expressiva, com 130 mil pessoas em Marselha, 100 mil em Toulouse, e 40 mil pessoas em Caen, de acordo com a CGT, apontando que esta é a primeira vez em 14 anos que os sindicatos franceses se unem sob a mesma bandeira para o Dia Internacional do Trabalhador. O último desfile unido com os oito principais centrais do país aconteceu em 2009, diante da crise econômica.

Aos franceses se somaram representantes sindicais es-

trangeiros, como coreanos, turcos, suíços, colombianos, americanos e espanhóis.

“Macron, demissão!”, dizia um enorme colete amarelo artesanal, que manifestantes penduraram na estátua que domina a Praça da República, em Paris, de onde partiu a manifestação.

Um dos pontos do plano de Macron para superar o conflito é negociar uma suposta melhoria nas condições de trabalho, mas os sindicatos ainda não decidiram se vão participar da reunião que a primeira-ministra, Elisabeth Borne, vai propor em breve.

12 JORNADAS DE LUTA

Após 12 jornadas de manifestações e a aprovação da reforma passando por cima da Assembleia Nacional, a rejeição de muitos franceses permanece intacta. M’hmed Buhallut, representante dos trabalhadores da limpeza da capital, denunciou que “no setor de limpeza temos condições muito difíceis. Acordamos às 4 ou 5 da manhã e terminamos às 10 da noite. Muito poucos trabalham até os 62 anos porque acabam exaustos, imagine até os 64 anos. Estamos mobilizados contra essa reforma forçada, injusta, antidemocrática de Macron”.

O sindicalista refere-se à aplicação do artigo 49-3 da Constituição francesa pelo governo Macron para adotar a reforma sem que os deputados votassem a lei. Embora o presidente busque virar a página, nos últimos dias os sindicatos franceses, em uníssono, mantiveram a pressão contra o governo, com assobios e painéis em todas as suas aparições públicas, para exigir a retirada da reforma.

Agora estão previstas duas datas, em 3 de maio o Conselho Constitucional pronuncia-se sobre uma proposta de referendo para votação da lei. E no dia 8 de junho, os deputados analisam um projeto de lei para revogar a reforma.

No 1º de Maio, líder do PC da Rússia chama todos à defesa do país contra o nazifascismo

“Hoje, quase todas as forças amantes da paz se reuniram na luta contra o novo mal. Esse mal é bastante óbvio: o mesmo nazismo, o mesmo fascismo, o mesmo Bandera, só que na embalagem anglo-saxônica. Deixe-me lembrá-los de que Hitler tinha três planos – ‘Leste’, ‘Fome’ e ‘Barbarossa’. E com eles tentou destruir nosso povo”, rememorou.

“Mas seus seguidores atuais foram além. Eles decidiram liquidar todo o mundo russo, nossa grande cultura, estado milenar, nossa vontade e desejo de viver em paz e amizade com 190 povos que os russos reuniram sob suas bandeiras, sem destruir uma única língua, uma única fé, uma única cultura e tradições únicas. Este é um desafio mortal para nós. Assim, celebrando o Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores neste 1º de maio! Para as pessoas honestas de todo o planeta, o Primeiro de Maio tornou-se um símbolo de justiça, solidariedade, das mais brilhantes esperanças de transformar o mundo em benefício do homem”, destacou o presidente do PCFR.

“A principal palavra de ordem do Primeiro de Maio ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’, pronunciada pela primeira vez em 1848, hoje apela com renovado vigor e significado à união de todos aqueles que criam, constroem e protegem a vida na terra”, destacou Zyuganov que também lidera a bancada do PCFR na Duma, Assembleia Federal da Federação Russa.

“Não é por acaso que este feriado está próximo da data do voo de Gagarin ao espaço [12/04/1961] e do Dia da Vitória contra o fascismo (09/05/1945). Eles estão relacionados por natureza”, ressaltou.

O dirigente comunista assinalou ainda que “este feriado fala muito para a Humanidade. O primeiro de maio nos convence de que o que há de mais precioso na vida é uma irmandade que não conhece fronteiras, barreiras raciais e nacionais”.

“Hoje, as forças amantes da

paz se reuniram na luta contra o novo mal. Esse mal é bastante óbvio: o mesmo nazismo, o mesmo fascismo, o mesmo Bandera, só que na embalagem anglo-saxônica. Deixe-me lembrá-los de que Hitler tinha três planos – ‘Leste’, ‘Fome’ e ‘Barbarossa’. E com eles tentou destruir nosso povo”, rememorou.

“Mas seus seguidores atuais foram além. Eles decidiram liquidar todo o mundo russo, nossa grande cultura, estado milenar, nossa vontade e desejo de viver em paz e amizade com 190 povos que os russos reuniram sob suas bandeiras, sem destruir uma única língua, uma única fé, uma única cultura e tradições únicas. Este é um desafio mortal para nós. Assim, celebrando o Dia Internacional da Solidariedade dos Trabalhadores neste 1º de maio! Para as pessoas honestas de todo o planeta, o Primeiro de Maio tornou-se um símbolo de justiça, solidariedade, das mais brilhantes esperanças de transformar o mundo em benefício do homem”, destacou o presidente do PCFR.

“A principal palavra de ordem do Primeiro de Maio ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’, pronunciada pela primeira vez em 1848, hoje apela com renovado vigor e significado à união de todos aqueles que criam, constroem e protegem a vida na terra”, destacou Zyuganov que também lidera a bancada do PCFR na Duma, Assembleia Federal da Federação Russa.

“Não é por acaso que este feriado está próximo da data do voo de Gagarin ao espaço [12/04/1961] e do Dia da Vitória contra o fascismo (09/05/1945). Eles estão relacionados por natureza”, ressaltou.

O dirigente comunista assinalou ainda que “este feriado fala muito para a Humanidade. O primeiro de maio nos convence de que o que há de mais precioso na vida é uma irmandade que não conhece fronteiras, barreiras raciais e nacionais”.

“Hoje, as forças amantes da

“Bomba financeira” que Washington lança contra a Rússia explode no colo de Biden

“O declínio do status dos EUA no comércio é um resultado objetivo da concorrência no mercado global. No entanto, devido à pressão, os EUA começaram a pôr em prática o protecionismo comercial e a promover uma onda de ‘anti-globalismo’”, diz artigo transmitido pelo canal CCTV.

De acordo com a televisão chinesa, a queda do status dos EUA no comércio internacional significa que o dólar deixou de ser insubstituível: as medidas protecionistas de Washington só incentivam outros países a reduzir o uso da moeda dos EUA. Ao mesmo tempo, o declínio nas reservas globais de dólares que começou em 2017 “não ensinou nada” aos EUA e, com base em sua posição dominante, Washington foi ainda mais longe e transformou o sistema financeiro em uma “arma”.

“Em fevereiro de 2022, os EUA anunciaram que proibiram alguns bancos russos de usar o sistema internacional de pagamentos interbancários SWIFT. No entanto, mesmo o golpe desta ‘bomba financeira’ não fez a Rússia entrar em colapso – ela há muito tempo se preparava para se livrar do dólar”, diz a CCTV.

Muitos países que não ousavam agir abertamente por causa do medo de retaliação de Washington entenderam pelo menos duas coisas. “Primeiro, ativos em dólares são uma bomba-relógio que os EUA podem usar para atacar outros países a qualquer momento. Segundo, a retaliação dos EUA pode ser suportada”, conclui o artigo.

MOEDAS LOCAIS

A questão também mereceu destaque no jornal China



Biden sente efeito bumerangue de sanções russófóbicas

Daily, que destacou que “a China e outros países estão gradualmente reduzindo sua dependência do dólar usando moedas locais para o comércio internacional, ajudando a criar um sistema monetário internacional multipolar”.

Como exemplo disso, no final de março, a Bolsa de Petróleo e Gás Natural de Xangai, ou SHPGX, informou que a China havia importado gás natural liquefeito dos Emirados Árabes Unidos usando liquidação transfronteiriça em yuan.

Foi “a primeira vez” que a China – o segundo maior importador mundial de GNL – usou sua moeda para tal compra, registrou o China Daily, que assinala que o comércio global de commodities “há muito se baseia em transações denominadas em dólares americanos”. O acordo de GNL com os Emirados Árabes Unidos mostrou que os países exportadores de petróleo estão interessados em usar moedas como o yuan, em vez do dólar, no nível internacional, assinalou Sergio Rossi, professor de

macroeconomia e economia monetária da Universidade de Friburgo, na Suíça.

Essa transação pode encorajar outros países a trocar o dólar por suas próprias moedas para pagar pelas importações de petróleo e gás, disse Rossi. “Isso poderia levar à criação de câmaras de compensação regionais por meio das quais transações estrangeiras em mercados comerciais ou financeiros poderiam ser liquidadas”, acrescentou.

David Phua, sócio do escritório de advocacia internacional King & Wood Mallesons, disse que é “certamente concebível” que uma cesta de moedas combinada com metais preciosos como ouro e prata possa se tornar “meios cada vez mais importantes ao longo do tempo para liquidar transações internacionais de commodities”. Ele acrescentou que isso pode levar “a um mundo mais multipolar em termos de reservas internacionais”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Como no Vietnã e Iraque, verdade sobre conflito na Ucrânia emergirá, afirma ex-analista da CIA

O recente vazamento de documentos secretos do governo dos EUA mostrou que os cidadãos norte-americanos têm todas as razões para duvidar do “quadro otimista” que o governo Biden pinta para eles sobre os combates na Ucrânia, enfatiza o ex-analista da CIA, George Beebe.

Como ele escreve em *Responsible Statecraft* – e a RT registra –, Biden não deveria repetir os erros do Vietnã e do Iraque e esconder a situação real dos norte-americanos.

O governo Biden tem pintado um “quadro brilhante” da situação na Ucrânia para o público americano há mais de um ano: tanto Biden quanto seus subordinados insistem que a luta deve terminar com uma derrota estratégica da Rússia e um “final feliz” para a América e seus aliados, assinala Beebe.

Ao mesmo tempo, salienta o ex-analista da CIA, o vazamento de documentos secretos do governo dos EUA dá origem a dúvidas sobre esta versão. E se esses materiais são verdadeiros, eles sugerem que os EUA chegaram muito mais perto de um conflito direto com Moscou do que Biden está disposto a admitir, e as chances de vitória da Ucrânia não são tão altas quanto o governo afirma.

Como recorda o autor, desses documentos decorre que as tropas ucranianas, que perderam uma parte significativa de seus combatentes mais experientes, têm sérios problemas tanto com a preparação do reabastecimento quanto com a sua provisão, e quase esgotaram seus estoques de mísseis antiaéreos para defender cidades de ataques russos.

Enquanto isso, apesar do fato de que o Ocidente fez todo o possível para ajudar os ucranianos, simplesmente não há tantos projéteis de artilharia, meios antitanque e sistemas de defesa antiaérea que permitam apoiar Kiev indefinidamente, e também não é capaz de expandir a produção militar em um tempo aceitável, destaca o especialista.

Para Beebe, tudo isso sugere que a contraofensiva “há muito esperada” das Forças Armadas ucranianas provavelmente não levará a um sucesso decisivo. A perspectiva da transformação final das hostilidades na Ucrânia em um “conflito por esgotamento” não augura nada de bom para Kiev, adverte o ex-analista.

“As implicações do atrito ucraniano são potencialmente graves. Se a contraofensiva não conseguir romper as defesas russas, os militares ucranianos que estão ficando sem reservas treinadas, projéteis de artilharia e mísseis de defesa antiaérea podem ser vulneráveis a novos avanços russos que são apoiados pela primeira vez nesta operação por uma campanha aérea substancial”, disse ele.

Mas, embora a Ucrânia possa acabar “de joelhos”, o governo de Biden praticamente não tomou medidas para preparar o público americano para a necessidade de compromisso e ainda mais – para o possível sucesso das tropas russas no campo de batalha, afirma Beebe.

E uma vez que o presidente americano não estabeleceu as bases para negociações, tanto internamente como no exterior, é possível que ele eventualmente tenha que escolher entre duas opções igualmente indesejáveis, aponta o autor.

“Assistir ao fracasso da Ucrânia, apesar de todas as suas promessas de evitar tal colapso, e escalar o envolvimento dos EUA e Otan de tal forma que possa levar ao tal confronto militar com Moscou que jurou impedir”, de acordo com o especialista.

Os cidadãos americanos não têm e não podem ter acesso a informações sensíveis que possam prejudicar a segurança nacional dos EUA, mas eles têm todo o direito de esperar que as declarações públicas governamentais sejam consistentes com o que as autoridades sabem dos relatórios de inteligência, resume o ex-analista.

“Assim como aconteceu no Vietnã e no Iraque, a verdade sobre a guerra acabará por vir à tona. Se esses episódios dolorosos servirem de guia, é improvável que os eleitores recebam bem a notícia de que foram enganados mais uma vez, agora na Ucrânia”, conclui Beebe.

Artistas italianos iniciam campanha pela suspensão de envio de armas à Ucrânia

A coleta de assinaturas em apoio à realização de um Referendo sobre o envio de armas italianas à Ucrânia teve início neste sábado, 22 de abril e se intensificou com a coleta de assinaturas a favor do referendo através de mesas espalhadas por todo o país no dia 25 de abril, quando se comemora a libertação da Itália do regime fascista instaurado por Mussolini.

Citando os responsáveis pela iniciativa, o jornal *Il Fatto Quotidiano* informou que a maior parte da população italiana é contra o fornecimento de armas à Ucrânia.

“O Comitê do Referendo insta todos os italianos que se importam com as pessoas e sua saúde, a apoiar esta iniciativa. Eu acredito que o referendo é um instrumento útil e eficiente. Eu penso que a maioria dos italianos estão com a consciência pesada pelo apoio da Itália a esse conflito e agirão categoricamente con-

tra o fornecimento de armas”, declarou o ator, músico e cantor Moni Ovadia, em entrevista concedida a *Il Fatto*.

“A Otan quer acabar com a Rússia, para depois cuidar da China. Os EUA estão lidando com o fim de uma era de hegemonia americana e mudanças na ordem mundial, por isso estão atuando de forma habitual. Proteger a democracia, é uma ironia. Isso é dito por aqueles que permitem o extermínio de curdos e iemenitas”, enfatizou o ator.

Ele também ressaltou que o conflito deve ser resolvido por vias diplomáticas e pacificamente, já que todos sabem que é impossível vencê-lo no campo de batalha.

“O grande problema é que os políticos não estão interessados na opinião dos italianos, e por isso o referendo é importante, pois a população poderá votar e mostrar aos políticos que os italianos querem uma resolução pacífica para o conflito na Ucrânia”, assinalou o artista.

First Republic Bank vai à bancarrota nos EUA e é engolido pelo JPMorgan



O 14º banco em ativos do país quebrou após perder US\$ 100 bi de depósitos

Yuan ultrapassa dólar pela primeira vez nas transações internacionais da China

Pela primeira vez, o yuan superou o dólar norte-americano como a moeda mais usada para transações internacionais chinesas. O uso do yuan em pagamentos e recebimentos internacionais aumentou para 48,4% no final de março, enquanto a participação do dólar caiu para 46,7%, de acordo com os dados da Administração Estatal de Câmbio da China.

Como comparação, em 2010 a participação do yuan no comércio internacional da China era quase nula, segundo a Bloomberg.

Os pagamentos e recebimentos transfronteiriços em yuan subiram em março para um recorde de US\$ 549,9 bilhões, ante US\$ 434,5 bilhões no mês anterior, segundo a Reuters.

A reversão ocorre em meio à discussão, no mundo inteiro, sobre a desdolarização e uso das moedas locais no comércio entre países e nos mercados de capitais, fugindo do garrote do dólar, como explicitado pelo “armamento” da moeda norte-americana através de sanções draconianas, regras abusivas e até congelamento ou confisco de reservas alheias.

A redução do uso do dólar também protege dos riscos de descasamento de moedas, ou seja, a penalização de outros países quando a alta de juros



A moeda chinesa amplia seu espaço no comércio exterior

do Fed torna o dólar “forte” – isto é, mais caro – em relação a outras moedas.

O que levou o Conselho de Estado da China a incentivar a expansão do uso do yuan para transações internacionais. A China vem firmando acordos comerciais não relacionados ao dólar no mundo inteiro, a exemplo do Brasil e Argentina, países do sudeste asiático, Ásia Central, Oriente Médio e nações africanas. E o yuan ultrapassou o dólar como a moeda mais negociada da Rússia desde que Moscou foi cortada das finanças globais após o início da operação militar especial na Ucrânia no ano passado.

A principal commodity global, a energia, isto é, petróleo e gás, praticamente só agora começa a ser negociada em outra moeda que não o dólar.

A tendência à desdolarização é “imparável”, como observou o chanceler russo Sergei Lavrov. O que nos próximos meses e anos só fará se acentuar. Embora o ponto de partida – o que reflete o mundo unipolar sob o tacão de Washington – seja que, conforme o sistema pagamentos internacional SWIFT, a participação do yuan nas transações em moeda global para financiamento comercial foi de 4,5% em março, em comparação com 83,7% do dólar.

Ex-vice Mike Pence depõe por cinco horas sobre tentativa de golpe de Donald Trump

O ex-vice-presidente Mike Pence testemunhou na quinta-feira (27) perante um grande júri federal que investiga a tentativa do ex-presidente Donald Trump de subverter a eleição de 2020 e evitar a transferência de poder para Joe Biden, segundo duas pessoas familiarizadas com o assunto.

O depoimento marca um momento crucial na investigação criminal conduzida pelo advogado especial Jack Smith e é a primeira vez na história moderna que um vice-presidente foi obrigado a testemunhar sobre o presidente ao lado do qual cumpriu mandato.

Foi um testemunho a portas fechadas, que durou cerca de cinco horas, tendo como foco as pressões de Trump sobre Pence para que propiciasse uma fachada “constitucional” para seu golpe, que culminaram com a invasão do Congresso norte-americano por suas turbas no 6 de janeiro de 2021, forçando o então vice e os congressistas a terem de se esconder. Incluiu no assalto ao Capitólio, as hordas trumpistas berravam “enforcem Pence”.

Horas antes, um tribunal federal de apelações havia rejeitado uma interposição de Trump para impedir Pence de testemunhar ou limitar o escopo das possíveis perguntas dos promotores. “Não há nada a esconder”, comentou Pence sobre a decisão judicial, segundo o portal Político.

A decisão da corte de apelações favorável ao depoimento foi por unanimidade, sendo que dois juizes haviam sido no-



Pence tentou evitar ir ao grande júri mas teve que comparecer

meados por Obama e o terceiro, pelo próprio Trump. Anteriormente, Pence havia se recusado a testemunhar perante o comitê seletor da Câmara que investigou a invasão do Capitólio, mas publicou um livro de memórias em que apresenta sua versão sobre os fatos de 6 de janeiro. Vários ex-assessores da Casa Branca também depuseram no comitê seletor.

Como vice-presidente, era função de Pence presidir a sessão conjunta do Congresso norte-americano que oficializaria a contagem dos votos no colégio eleitoral que atestavam a vitória de Biden.

Trump e seus advogados encenavam que teria havido fraude, e a pressão sobre Pence visava fazê-lo rejeitar os votos do colégio eleitoral ou atrasar sua contagem. Mas Pence se recusou, argumentando que não tinha poder para decidir quais votos eleitorais contar ou rejeitar. No livro, Pence escreveu

que pediu a seu conselheiro geral um briefing sobre os procedimentos da Lei de Proteção Eleitoral depois que Trump em um telefonema de 5 de dezembro “mencionou contestar os resultados das eleições na Câmara dos Representantes pela primeira vez.”

Durante o almoço em 21 de dezembro, escreveu Pence, Trump rechaçou seu pedido para que ouvisse o conselho da equipe de advogados da Casa Branca, em vez de advogados externos. No dia de Ano Novo, em telefonema a ele, Trump teria dito lhe que “você é honesto demais”, acrescentando que seria odiado por “centenas de milhares” e ia ser considerado “estúpido”. Sua resposta teria sido de que “não questionava que houve irregularidades e fraudes”, e que se tratava apenas de “uma questão de quem decide e, segundo a lei, é o Congresso.”

Em um quadro de crescente monopolização, em dois meses quatro bancos quebraram nos Estados Unidos, refletindo a mais rápida elevação dos juros pelo Fed em quatro décadas

Chegou ao fim a agonia do First Republic Bank, cuja captura foi executada pelo FDIC, o órgão federal garantidor de depósitos norte-americano, depois de perder mais de US\$ 100 bilhões de depósitos e sofrer derretimento de 97% no preço de suas ações. O banco foi agraciado ao maior banco dos EUA, o JPMorgan Chase. O FRB era o 14º maior banco dos EUA em ativos, US\$ 233 bilhões no final do primeiro trimestre.

É a segunda maior bancarrota bancária da história dos EUA e, com o FRB, já são quatro os bancos que quebraram este ano. O próprio FRB, o Silicon Valley Bank, o Signature Bank e o Silvergate. Como cenário, a mais rápida elevação de juros nos EUA desde o “Choque Volker” dos anos 1980, com os juros do Fed indo de 0% nominal para 5,0% em 12 meses.

Com a aquisição do FRB, intensifica-se a já imensa monopolização do sistema financeiro norte-americano. O JPM detém mais de 10% de todos os depósitos nos EUA e é um dos cinco “Too Big To Fail” [Grandes Demais Para Falirem]. Como traduziu o portal Zero Hedge: “Finalmente, todos os clientes de alto patrimônio líquido do FR na Califórnia e em Nova York agora pertencem ao JPMorgan”.

Exatamente como foi dito logo após o colapso do Silicon Valley Bank em março, as autoridades norte-americanas juram que a medida impede que uma crise bancária proliferasse.

O Tesouro dos EUA divulgou um comunicado na manhã de segunda-feira, dizendo que o sistema bancário dos EUA continua “sólido e resiliente”. “A boa notícia”, declarou o executivo-chefe do JPMorgan, Jamie Dimon, em relação às falências de bancos, e que “isso está chegando ao fim”. “O sistema é muito, muito sólido”, asseverou.

DEGLUTIÇÃO

Com eleição marcada para o ano que vem, não fica bem na fita uma quebra de bancos nos EUA e, assim, as autoridades reguladoras, o Fed e o Tesouro não pouparam esforços para agradecer o JPMorgan no caso do First Republic.

De acordo com o anúncio do FDIC, o JPMorgan assumiu todos os US\$ 92 bilhões em depósitos do First Republic – segurados e não segurados, incluindo os US\$ 5 bilhões em depósitos dados pelo JPM ao First Republic em 16 de março – US\$ 173 bilhões em empréstimos e US\$ 30 bilhões em títulos.

Como parte do acordo, a Federal Deposit Insurance Corp. dividirá as perdas com o JPMorgan sobre os empréstimos do First Republic. A agência estimou que seu fundo de seguros sofreria um impacto de US\$ 13 bilhões no negócio, que é exatamente o buraco que impediu que uma solução do setor privado fosse alcançada. O JPMorgan também disse que receberá US\$ 50 bilhões em financiamento do FDIC para consumir o negócio, a uma taxa de juros camarada.

O FDIC fornecerá acordos de compartilhamento de perdas com relação

à maioria dos empréstimos adquiridos: Hipotecas residenciais unifamiliares: 80% de cobertura de perdas por sete anos; Empréstimos comerciais, incluindo CRE: cobertura de perdas de 80% por cinco anos.

O JPM também divulgou que teria um ganho único de \$ 2,6 bilhões após impostos no fechamento, sem incluir os custos de reestruturação esperados de \$ 2,0 bilhões ao longo de 2023 e 2024, e talvez mais importante, as marcações de valor justo em empréstimos adquiridos são aproximadamente US\$ 22 bilhões, com uma marca média de empréstimo de 87%, enquanto o acordo de compartilhamento de perdas do FDIC reduz a ponderação de risco em empréstimos cobertos, com uma ponderação de risco média de 25%.

Ainda segundo o ZH, a lógica do resgate do First Republic foi sobre “os contribuintes ficarem presos com a lama tóxica do FRB enquanto o JPMorgan recebia todos os bons ativos por centavos de dólar”. E, chama a atenção, com direito a “20% de IRR cortesia dos contribuintes”.

ESPECULAÇÃO

Até soçobrar, o FRB vivera dias de glória com seu foco na elite costeira dos EUA, nos tempos das taxas de juro ultrabaixas. Grandes depósitos de clientes com muito dinheiro financiado por hipotecas jumbo de baixa taxa para ricos compradores de casas na Califórnia e em Nova York. Na outra ponta, o FRB acumulou títulos do Tesouro de longo prazo, como garantia para cobrir os juros pagos aos depositantes.

Quando o Fed começou a aumentar as taxas de juros no ano passado para reduzir a inflação, os clientes começaram a exigir rendimentos mais altos para manter seu dinheiro no First Republic. O aumento das taxas também prejudicou o valor dos empréstimos que o banco fez quando as taxas estavam próximas de zero.

A casa veio abaixo com a implosão em março do SVB e a corrida aos bancos. O FRB tentou se manter à tona com empréstimos caros do Federal Reserve e do Federal Home Loan Bank – em que ganhava menos com seus empréstimos do que pagava com passivos. Só em um dia na semana passada, as ações do banco caíram quase 50%.

Na corda bamba, o First Republic dependia fortemente de depósitos não garantidos e tinha grandes perdas não realizadas em suas carteiras de empréstimos e títulos devido ao aumento das taxas. “Foi uma corrida ao modelo de negócios”, segundo um analista.

Quando ao desdobramento da crise bancária nos EUA, há quem advirta que a próxima bolha a estourar é a dos empréstimos para imóveis comerciais, de que as carteiras dos bancos estão recheadas. E consideram os recentes episódios e as soluções encontradas, como dizem os norte-americanos, de tática de “enterrar a toupeira”. Como desgraça pouca é bobagem, as expectativas para a economia norte-americana este ano não são das mais brilhantes.

UMES apresenta a Mostra Cinema do Trabalhador:

“Tá faltando um zero no meu ordenado”

Em homenagem aos trabalhadores brasileiros, o Cine-Teatro Denoy de Oliveira apresenta ao longo do mês de maio a Mostra Cinema do Trabalhador: “Tá faltando um zero no meu ordenado” que levará à tela de cinema quatro filmes que discutem a luta do trabalhador no Brasil e no mundo

A mostra é realizada pelo Centro Popular de Cultura da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (CPC-UMES) e contará também com a exibição de quatro curtas-metragens, junto aos longas, todas as sextas-feiras do mês

de maio, sempre às 19 horas na sede do Cine-Teatro, na Rua Rui Barbosa, 323, no Bixiga.

A abertura da Mostra, no dia 5 de maio, contará com a exibição da animação argentina “O Emprego”, de Santiago Grasso, e do clássico brasileiro “Cabra marcado para morrer”, de Eduardo Coutinho.

Já no dia 2 de junho, a Mostra contará com uma sessão extra. “Missão em Moscou”, de Michael Curtiz apresenta “a visão de como o trabalho de homens livres e conscientes pode derrotar o fascismo e salvar a humanidade”.

O “Dia do Trabalhador” é comemorado em quase todo o mundo no dia 1º de maio desde 1889, quando a Segunda Internacional Socialista, reunida em Paris, aprovou a convocação anual de uma manifestação com o objetivo de lutar por melhores condições de trabalho. Desde então, muita coisa mudou. Outras, nem tanto.

Atualmente, uma campanha massiva tenta nos convencer de que questões como trabalho, sucesso e dinheiro dependem apenas do esforço individual humano, ignorando propositalmente o fato de que o ser humano sobrevive e toma suas decisões de acordo com o contexto social, político e econômico ao seu redor. Poderia o sucesso vir apenas do fruto do seu esforço? E, ainda que isso fosse verdade, é justo que uma pessoa trabalhe 8, 10, 12 horas por dia, relegando de sua rotina momentos de descanso, de estudo, tempo com os filhos e até mesmo uma alimentação adequada?

MAS DO QUE ESTAMOS FALANDO?

De arrocho salarial, aumento no preço dos alimentos, juros altos que beneficiam apenas aos banqueiros, da política do Novo Ensino Médio – que pretende formar os jovens de escola pública para a próxima geração do empreendedorismo brasileiro (leia-se trabalho informal e renúncia aos direitos trabalhistas – historicamente conquistados após a luta de várias gerações).

O trabalho, a falta de trabalho e a precarização das condições de trabalho, tudo isso afeta profundamente as relações humanas em todos os aspectos e contribui para desumanizar essas relações.

A “Mostra do Trabalhador” tá aqui pra botar o dedo na ferida: 4 filmes que discutem a luta do trabalhador no Brasil e no mundo, além de 4 curtas-metragens emocionantes que você não pode perder. E, de brinde na sessão extra, a visão de como o trabalho de homens livres e conscientes pode derrotar o fascismo e salvar a humanidade.

Veja as datas e sinopses dos filmes da Mostra

05/05

O EMPREGO

(curta-metragem de Santiago Grasso, 2008, 7’)

Esta animação argentina propõe a questão “trabalhamos para viver ou vivemos para trabalhar?”. Trata-se de uma reflexão sobre a dinâmica social e sua relação com o trabalho assalariado.

CABRA MARCADO PARA MORRER

(Eduardo Coutinho, 1984, 119’) – projeção em DCP
Início da década de 60. Um



líder camponês, João Pedro Teixeira, é assassinado por ordem dos latifundiários do Nordeste. As filmagens de sua vida, interpretada pelos próprios camponeses, foram interrompidas pelo golpe militar de 1964. Dezesete anos depois, o diretor retoma o projeto e procura a viúva Elizabeth Teixeira e seus dez filhos, espalhados pela onda de repressão que seguiu ao episódio do assassinato. O tema principal do filme passa a ser a trajetória de cada um dos personagens que, por meio de lembranças e imagens do passado, evocam o drama de uma família de camponeses durante os longos anos do regime militar.

12/05

NORMA RAE

(Martin Ritt, 1979, 110’)

Norma Rae é uma jovem operária de tecelagem que, influenciada por um sindicalista de Nova York, aos poucos entra na luta e organiza seus colegas de fábrica para lutar por melhores condições e salários. Baseado em história real.

Após o filme, exibiremos um curta-metragem surpresa

19/05

VOCÊ NÃO ESTAVA AQUI

(Ken Loach, 2019, 100’)

Após a crise financeira de 2008, Ricky e sua família se encontram em situação financeira precária. Ele decide adquirir uma pequena van, na intenção de trabalhar com entregas, enquanto sua esposa luta para manter a profissão de cuidadora. No entanto, o trabalho informal não traz a recompensa prometida, e aos poucos os membros da família passam a ser jogados uns contra os outros.

Após o filme, exibiremos um curta-metragem surpresa

26/05

MAIORIA ABSOLUTA

(curta-metragem de Leon Hirszman, 1964, 20’)

Filmado em 1963 e montado no início de 1964, Maioria Absoluta dá voz aos analfabetos, mostra as condições de vida dos camponeses impedidos de votar e denuncia a desigualdade social no país. Com o advento do golpe militar, o documentário ficou proibido até 1980, período em que foi exibido fora do Brasil.

O HOMEM QUE VIROU SUCO

(João Batista de Andrade, 1981, 97’) – projeção em 35mm



De cima para baixo, alguns dos filmes da Mostra de Cinema do Trabalhador: “Cabra Marcado Para Morrer”, de Eduardo Coutinho, que abre a Mostra; “Norma Rae”, de Martin Ritt, e “Você Não Estava Aqui”, de Ken Loach. Todas as sextas-feiras de maio, às 19 horas na sede do Cine-teatro, na Rua Rui Barbosa, 323, Bixiga. Entrada gratuita. Fotos: reprodução

Um poeta popular do Nordeste chega a São Paulo, sobrevivendo apenas de suas poesias e folhetos. A sua vida muda quando é confundido com o operário de uma multinacional que matou o patrão em uma festa.

02/06 – SESSÃO EXTRA

MISSÃO EM MOSCOU

(Michael Curtiz, 1943, 124’)

Baseado no livro do embaixador americano Joseph E. Davies, que foi enviado à URSS pelo então presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, para avaliar a força do exército soviético, seu governo e sua indústria

e descobrir de que lado os russos estariam na “guerra que se aproximava”. O livro, quando lançado, em 1941, se tornou um best-seller, com 700 mil exemplares vendidos, traduzido em 13 línguas, e teve notável papel na luta pelo estabelecimento da frente única que derrotou

o nazismo.

Davies apresenta suas observações sobre a vida soviética e elogia a participação consciente dos trabalhadores na construção do socialismo, além de testemunhar os preparativos, dentro das fábricas, para enfrentar a máquina de guerra nazista.